



RELATÓRIO DE GESTÃO & CONTAS 2021



AGÊNCIA NACIONAL
DE INOVAÇÃO

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. ÓRGÃOS SOCIAIS	3
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
3. ENQUADRAMENTO	5
3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES	5
3.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	6
4. MODELO DE GOVERNAÇÃO.....	7
5. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	8
6. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	9
6.1. FINANCIAMENTO À INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	9
6.2. CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	20
6.3. REDES INTERNACIONAIS	25
6.4. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	34
7. OUTRAS ATIVIDADES	35
7.1. COMUNICAÇÃO	35
7.2. RECURSOS HUMANOS	36
7.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	37
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	39
9. PERSPETIVAS PARA O FUTURO	41
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	42
11. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DE CONTAS	43
11.1. OUTRAS CONSIDERAÇÕES	43
12. AGRADECIMENTOS	44
13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	45
14. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49
15. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	74
16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	79
17. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	85
ANEXOS	86

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Nuno Mangas, Diretor do COMPETE

Secretário: Paulo Ferrão, IST - Instituto Superior Técnico

Membros: Joana Mendonça, Eduardo Bacelar Pinto, João Mendes Borga, Francisco Sá e Helena Pereira

3

Conselho de Administração

Presidente: Joana Mendonça

Vogais executivos: Eduardo Bacelar Pinto e João Mendes Borga

Vogais não executivos: Francisco Sá e Helena Pereira

Fiscal Único

Efetivo: ABC- Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, SROC, Lda.

Suplente: José Miguel Rodrigues

Conselho Consultivo

Presidente: Guido du Boulay Villax

Secretária: Teresa Maria Dias de Paiva

Membros:

Meio empresarial:

António Braz dos Santos Costa

Célia Maria Duarte dos Reis Oliveira

Guido du Boulay Villax

Isabel Maria Gonçalves Folhadela de Oliveira Mendes Furtado

Sónia Manuela Fazendeiro Duarte Calado

Meio académico:

Adelino Vicente Mendonça Canário

Paulo Cadete Ferrão

José Manuel de Araújo Baptista Mendonça

Maria Teresa Ferreira Soares Mendes

Teresa Maria Dias de Paiva

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H', 'B.', and 'Ok'.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2021 foi um ano de mudança na ANI. Um ano ainda marcado pelo efeito da pandemia, dividido em duas administrações. Num ano de grandes desafios, a ANI atingiu e superou os objetivos traçados. Desde maio que começamos a percorrer o país, para visitar empresas e entidades do sistema de inovação e conhecer de perto os projetos que apoiamos e a inovação que se faz em Portugal.

A ANI teve um excelente desempenho ao nível da análise das candidaturas, alegações contrárias e reclamações do PT 2020: 175 candidaturas analisadas em 2021, com destaque para o aviso pioneiro no âmbito do PT 2020 de Provas de Conceito. Foi concluída a análise 243 alegações contrárias e reclamações; e validados 389 Termos de Aceitação, quase o dobro do ano anterior. Esta análise permitiu um volume de pagamentos às empresas e ENESII da ordem dos 86,5 M€. Foi executado um montante de 103,7 M€ de fundo, correspondente a 42% da execução acumulada no âmbito do Portugal 2020, tendo a certificação de despesa ascendido a 162,1 M€, um acréscimo de 154% em relação a 2020.

No SIFIDE, o número de candidaturas submetidas foi de 3.348 (mais 41% face ano anterior). Em 2021, foram apreciadas 1.667 candidaturas correspondendo à recomendação de 382 M€ de crédito fiscal sobre mais de 5.500 projetos de I&D.

No âmbito do PRR a ANI assinou com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal o compromisso de executar a Missão Interface entre 2022 e 2026 o montante global de 186 M€ para financiamento das instituições de interface, incluindo CTIs e Colab. A ANI integrou o Comité Coordenador para as Agendas Mobilizadoras para a Inovação, trabalhos que envolveram a participação no design e operacionalização da iniciativa, num esforço transversal e interdepartamental na ANI, envolvendo mais de 15 elementos com participação na avaliação de candidaturas, culminando na apresentação dos resultados das candidaturas na 1ª fase num evento no terminal de cruzeiros de Leixões. Ainda no PRR, a ANI acompanha as medidas da Bioeconomia e da Transição Digital.

No âmbito do desenvolvimento da Estratégia do Portugal Digital, a ANI é autoridade de testes das Zonas Livres Tecnológicas, apoiando os processos que levam à sua constituição;

No Horizonte Europa, destaca-se a participação nacional em concursos nos vários clusters com um investimento global 26 M€, nomeadamente distribuídos pela seguinte forma: (i) 86 k€ para o Cluster 2 (Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva); (ii) 17,2M€ do Cluster 4 (Digital, indústria e espaço); (iii) 8,5M€ do Cluster 5 (Clima, Energia e Mobilidade) e; (iv) 0,33M do Cluster 6 (Alimentos, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Meio Ambiente).

3. ENQUADRAMENTO

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. (ANI) é uma sociedade anónima integrada no setor público empresarial, sujeita ao âmbito de aplicação subjetivo do Decreto-Lei n.º 113/2013, de 7 de agosto - Regime do Sector Público Empresarial do Estado (RJSPE).

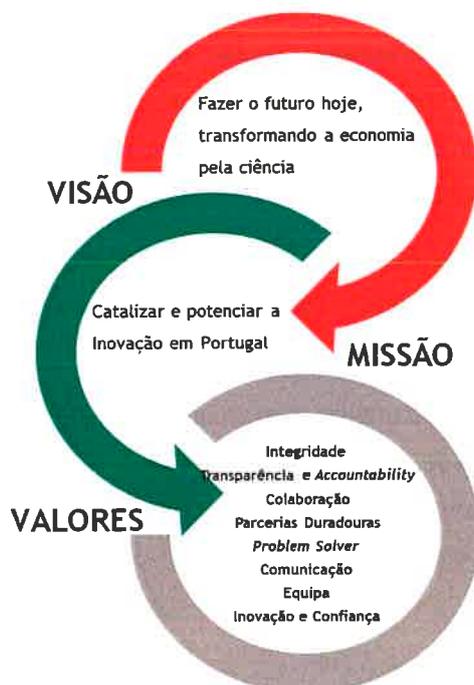
Sendo a sucessora da AdI S.A., criada em 1993, mantém a natureza societária, atuando sob a tutela articulada dos membros do Governo responsáveis pelas áreas Economia e da Ciência, através da participação acionista paritária da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.

5

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

No âmbito da Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030 (EITE18-30) e garantindo a articulação com outras orientações e políticas públicas, a ANI tem como principais competências:

- i) a promoção da colaboração entre entidades do sistema científico e tecnológico e o meio empresarial e;
- (ii) o reforço da participação em programas internacionais por parte das empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, com vista ao fomento das suas capacidades, competências e resultados.



3.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

De modo a alcançar a sua visão, a ANI apresenta os seguintes principais objetivos estratégicos:

- Recentrar a atividade da ANI na sua Missão, promovendo o desenvolvimento de ações destinadas a apoiar a Inovação Tecnológica e Empresarial em Portugal;
- Reforçar a promoção da adoção de conhecimento e de tecnologia por parte das empresas e da sociedade, através de parcerias e oportunidades de colaboração, agindo como uma entidade 'desafiadora da sociedade';
- Promover políticas públicas de Inovação;
- Promover a proximidade ao promotor, com uma visão integradora do Sistema Nacional de Inovação (SNI), sendo um agente ativo, atuando como *front-end* do sistema de apoio ao SNI e promovendo maior transparência dos processos;
- Promover o estudo da Inovação em Portugal.

4. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A ANI dispõe de um modelo de governação que lhe permite assumir uma posição central no SNI, promovendo o diálogo e a cooperação estratégica entre as áreas da ciência e tecnológica e da economia, nomeadamente através da intermediação nestas duas áreas através da FCT e IAPMEI, entidades estrategicamente alinhadas, entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Economia e da Transição Digital, respetivamente.

7

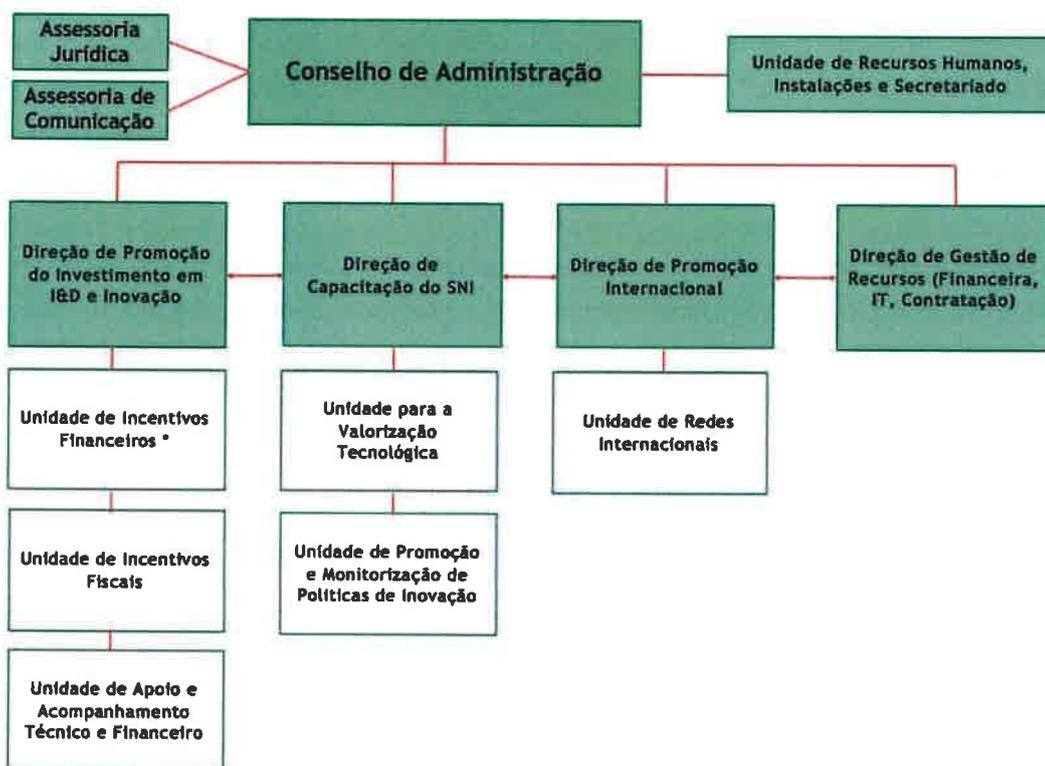
De acordo com os estatutos da ANI, são órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e o Fiscal Único. A figura seguinte representa o modelo delineado para o relacionamento entre os diferentes órgãos e que garante o alinhamento necessário entre os veículos acionistas e tutelas setoriais.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5. ESTRUTURA ORGÂNICA

A ANI tem sede na Rua de Sagres, nº 11, Porto e tem escritórios em Lisboa. A estrutura orgânica a dezembro 2021 compreende quatro direções conforme o quadro abaixo apresentado.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A atividade da ANI enquadra-se na Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal, 2018-2030¹, com competências na coordenação e implementação da política de inovação como política pública de competitividade e coesão, nomeadamente nas seguintes áreas de intervenção: i) financiamento à I&D e Inovação; ii) capacitação e valorização para a inovação; iii) redes internacionais e iv) plano de recuperação e resiliência.

9

6.1. FINANCIAMENTO À INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

A ANI gere e promove um conjunto de instrumentos de apoio à Investigação e Desenvolvimento e de incentivos à Inovação (I+D+I), no âmbito dos quadros comunitários de apoio e do sistema financeiro, que apoiam a valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico e a sua transformação em crescimento económico.

6.1.1. Incentivos financeiros à I&D e Inovação

Os incentivos financeiros à I&D consistem maioritariamente em instrumentos do PT2020, nomeadamente:

- **Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)** para apoiar projetos que visam a proteção de Propriedade Industrial para financiamento de pedidos de proteção de resultados de projeto(s) de I&D financiado(s);
- **Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT)** para apoiar projetos que visam a proteção de Propriedade Industrial e cujas candidaturas são efetuadas por entidades não empresariais do Sistema de I&I para financiamento de pedidos de proteção de resultados de projeto(s) de I&D financiado(s), ou não, no âmbito do I&D QREN/Portugal 2020 e;
- **Sistema de Incentivos de Ações Colaborativas (SIAC)** que visa reforçar a transferência do conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial e potenciar a valorização económica dos resultados de I&D (Investigação e Desenvolvimento) produzidos pelo sistema de I&I (Investigação e Inovação), sendo as beneficiárias deste apoio as entidades não empresariais do sistema de I&I.

A ANI atua como Organismo Intermédio (OI), tendo como responsabilidades:

- (i) Análise e gestão de candidaturas ao SI&DT, SAICT e ao SIAC;

¹ Resolução do Conselho de Ministros 25/2018, de 8 de março.

Relatório de Gestão e Contas 2021

- (ii) Análise prévia de candidaturas, seleção peritos a contratar, elaboração das propostas de parecer final, articulação com promotores e outras entidades;
- (iii) Participação no desenho de novos avisos;
- (iv) Definição de novas metodologias de avaliação e participação em grupos de trabalho de simplificação de processos.

A gestão dos incentivos financeiros à I&D compreende duas fases distintas que estão separadas na organização: análise de candidaturas e apoio e acompanhamento.

Análise de candidaturas

Em 2021 foram publicados três avisos, um para cada um dos sistemas (SI I&DT, SAICT e SIAC). Destaca-se o Aviso AAC 01/SAICT/2021 - Projetos de Prova de Conceito (PdC) por se tratar de uma iniciativa pioneira no Portugal 2020, financiada exclusivamente pela Autoridade de Gestão do PO Centro, para apoio ao desenvolvimento de atividades que permitam efetuar uma primeira validação do potencial do conhecimento científico e tecnológico já produzido em projetos de investigação anteriores, antes de avançar com investimentos avultados na sua aplicação. Foram ainda analisadas candidaturas dos Avisos publicados em 2020, cujo prazo terminava em 2021.

Medidas	Execução Total											
	Candidaturas recebidas		Candidaturas analisadas - Pareceres de análise emitidos pela ANI			Candidaturas sem decisão pelos PO financiadores		Candidaturas com financiamento aprovado				
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Parecer elegível	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)	Parecer Elegível	Parecer Não Elegível	N.º de projetos aprovados	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)	N.º de Entidades (participações)
PT2020 (2021)	93	96 361 593	175	119	88 941 655	58 263 599	46	24	296	306 986 970	195 115 916	920
SI I&DT - I&D em Co-Promoção			64	38	27 235 297	18 446 768			243	244 981 831	157 681 245	796
SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção												
SI I&DT - Demonstradores Individuais												
SI I&DT - Selos de Excelência			23	19	27 573 155	15 596 798			20	28 918 870	16 235 880	20
SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	15	13 374 455	7	5	3 682 662	2 427 152			8	6 612 432	4 284 766	24
SI I&DT - Parcerias Internacionais									12	10 936 350	7 458 209	43
SI I&DT - Projetos Mobilizadores												
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção												
SI I&DT - Internacionalização de I&D												
SI I&DT - Propriedade Industrial									1	61 940	30 970	1
SAICT - Internacionalização de I&D									1	882 128	352 851	1
SAICT - Propriedade Industrial												
SAICT - Prova de Conceito	52	7 774 605	44	25	3 729 643	3 060 452	25	19				
SIAC - Transf. do Conhecimento Científico e Tecnológico	26	15 212 533	26	21	12 127 479	9 660 835	21	5				
Clube de Fornecedores - I&D em Co-Promoção			11	11	14 593 419	9 071 995			11	14 593 419	9 071 995	35

Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020 - ano de 2021²

² Candidaturas analisadas - Pareceres de análise emitidos pela ANI: considera os valores da primeira análise à candidatura, não tendo em conta posteriores ajustes à decisão ou análise de alegações contrárias e reclamações.

Candidaturas sem decisão pelos PO financiadores: após emissão do parecer de análise pelo Organismo Intermédio, o PO financiador emite a decisão. Neste campo consideram-se as candidaturas que aguardam emissão da decisão.

Candidaturas com financiamento aprovado: considera os valores da última decisão referente aos projetos, atendendo aos ajustes à decisão ou eventuais alterações em função da análise de alegações contrárias e reclamações.

O somatório das candidaturas recebidas, candidaturas analisadas e candidaturas sem decisão pelos PO financiadores não totaliza o número das candidaturas com financiamento aprovado, uma vez que as candidaturas analisadas, as candidaturas sem decisão pelos POs financiadores e as com financiamento aprovados incluem candidaturas submetidas em 2020.

Relatório de Gestão e Contas 2021

Em 2021, foi efetuada a análise de alegações contrárias de projetos dos Avisos de I&D publicados em 2020, de carácter temático e geral. Trata-se dos últimos avisos do quadro do Portugal 2020, e registaram uma grande adesão, com aproximadamente 800 candidaturas, representando cerca de 2500 promotores. A apresentação de um elevado número de alegações contrárias, decorreu de: (i) ausência de outras oportunidades imediatas de financiamento para os projetos de I&D em copromoção e; (ii) o facto das Autoridades de Gestão do COMPETE e do PO Lisboa, por limitações orçamentais, terem estabelecido o limiar de seleção das candidaturas numa pontuação de Mérito de Projeto igual ou superior a 4, traduzindo-se num maior recurso por parte dos promotores.

11

Em 2021 a ANI recebeu 93 candidaturas, tendo concluído a análise de 175, número que inclui candidaturas recebidas em 2020 e cuja avaliação transitou para 2021. Das 175 candidaturas analisadas, a ANI emitiu parecer favorável a 119 projetos correspondentes a um incentivo de cerca de 58,3 M€, envolvendo 272 copromotores. Destes 119 projetos, 46 aguardam decisão da AG e correspondem a um incentivo de 12,7 M€, envolvendo 93 promotores.

Medida de apoio / Aviso de concurso	N.º Candidaturas analisadas	N.º Promotores candidatos
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	64	198
13/SI/2020	63	196
17/SI/2019	1	2
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	23	23
18/SI/2020	22	22
19/SI/2018	1	1
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	7	15
14/SI/2021	2	5
16/SI/2019	5	10
PT2020 - SAICT - Provas de Conceito	44	90
01/SAICT/2021	44	90
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e 1	26	51
04/SIAC/2021	26	51
PT2020 - Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	11	35
03/SI/2020	11	35
Total de candidaturas analisadas em 2021	175	412

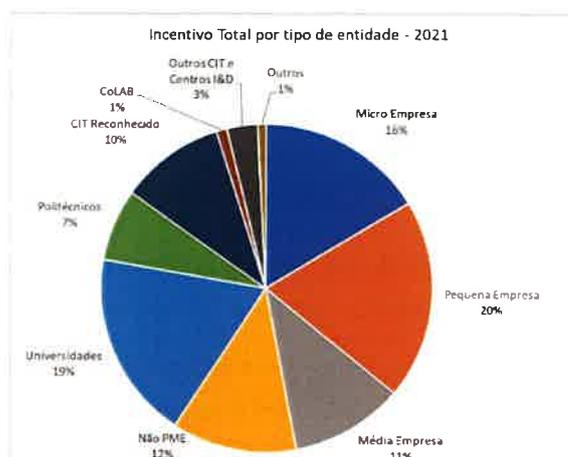
Candidaturas analisadas em 2021

Em 2021 foram abertos 3 Avisos nos quais a ANI foi responsável pela análise de candidaturas, nomeadamente:

- Aviso AAC 14/SI/2021 - Projetos de I&D Industrial à Escala Europeia para promover o cofinanciamento nacional a entidades portuguesas participantes em projetos europeus de I&D. O cofinanciamento dos projetos é assegurado exclusivamente por fontes nacionais e promovidos no âmbito das seguintes iniciativas europeias:
 - Rede EUREKA, que inclui projetos baseados em Clusters;
 - Projetos rede EUREKA (incluindo os projetos que participam em chamadas GLOBALSTARS e chamadas Multilaterais);
 - EUROSTARS.

- Aviso AAC 01/SAICT/2021 - Projetos de Provas de Conceito que visa o apoio ao desenvolvimento de atividades que permitam efetuar uma primeira validação do potencial do conhecimento científico e tecnológico já produzido em projetos de investigação anteriores, antes de avançar com investimentos avultados na sua aplicação;
- Aviso AAC 04/SIAC/2021 - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico que visa o apoio financeiro a projetos que potenciem a valorização económica dos resultados de I&D produzidos pelo sistema de I&I (Investigação e Inovação), e reforcem a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial.

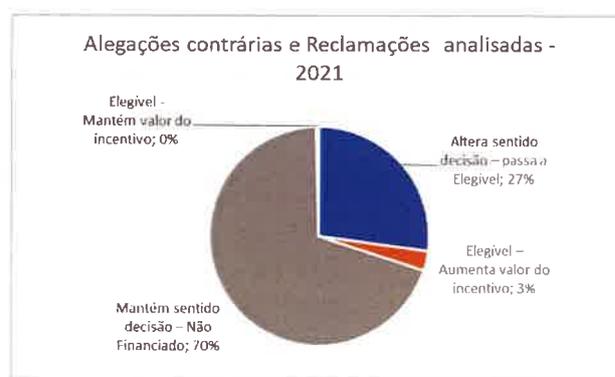
Do total das candidaturas aprovadas em 2021 (que incluem candidaturas submetidas em 2020 cujo prazo do aviso apenas terminou em 2021), 59% referem-se a empresas, empresas com destaque para as Micro e Pequenas empresas que captam 61% do incentivo atribuído às empresas. As Universidades destacam-se com 46% do incentivo atribuído às ENESII, seguido dos CIT Reconhecidos com 25% do financiamento desta tipologia de entidades.



Distribuição do incentivo por tipo de entidade - 2021

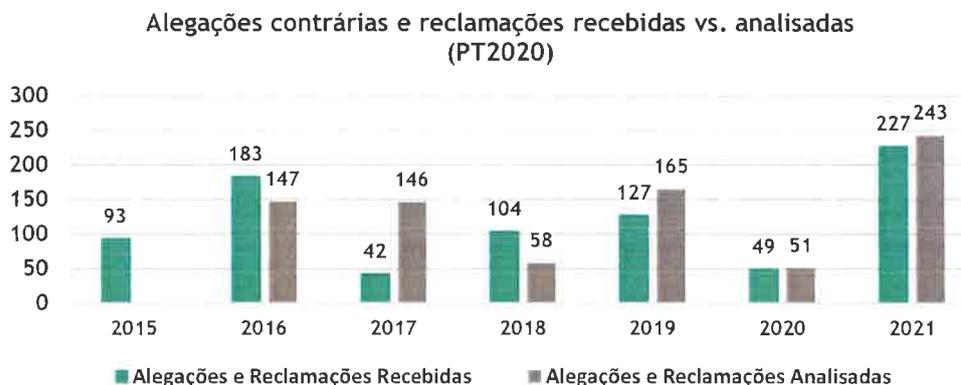
Alegações Contrárias e Reclamações

Em 2021, foram recebidas 227 alegações contrárias e reclamações, tendo sido analisadas 243. Destas, 66 alteraram o sentido da decisão (de não elegível para elegível), 169 mantiveram o sentido de decisão (não elegíveis ou seleccionados) e 8 corresponderam a reclamações apresentadas pelos beneficiários devido a reduções de investimento (sendo que 1 manteve o incentivo e 7 aumentaram o incentivo).



Alegações contrárias e recebidas analisadas em 2021

Em 2021, foi possível concluir com sucesso a análise das alegações e reclamações.



13

Alegações contrárias e reclamações recebidas vs. Analisadas

Contrato de Colaboração AICEP/ANI

No âmbito do Contrato de Colaboração estabelecido entre a ANI e a AICEP para apoio às candidaturas e projetos do RCI do PT2020, foram recebidas 14 novas candidaturas em 2021.

Em 2021, a ANI emitiu 8 propostas de parecer (decorrentes da análise de 1 candidatura submetida em 2019 e 7 em 2020, em que uma representa uma resubmissão), das quais 6 com proposta de parecer técnico-científico favorável. Estas candidaturas representaram 40 entidades copromotoras (20 Empresas e 20 ENESII) correspondendo a um investimento proposto de 185,5 M€.

A ANI colaborou ainda na reanálise de 9 pareceres já emitidos pela ANI, por pedidos de reapreciação de elegibilidades por parte dos promotores, dando origem a novas propostas de parecer.

No mesmo ano foram também efetuados contributos/pareceres para o acompanhamento de 6 projetos em curso, tendo sido realizadas 3 visitas técnico-científicas intercalares.

À data de 31 de dezembro de 2021, existem 21 projetos com decisão favorável, correspondentes a um investimento elegível de 441,2 M€ e um incentivo de 234,9 M€, representando 70 entidades copromotoras (39 Empresas; 31 ENE SII).

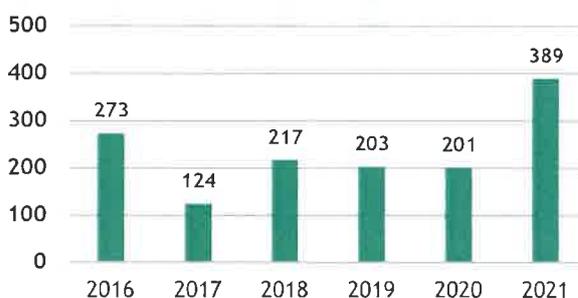
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Apoio e Acompanhamento

O apoio e acompanhamento dos sistemas de incentivos financeiros, consiste na contratualização, acompanhamentos técnicos e financeiros (incluindo a realização de visitas intercalares e finais) e encerramento (incluindo a gestão do serviço externo de validação de pedidos de pagamento) dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 geridos pela ANI.

Em 2021 foram validados 389 Termos de Aceitação, representando um aumento face a 2020 de 94%. Este aumento resulta do elevado número de candidaturas avaliadas em 2020 com parecer favorável, que foram aprovadas em Assembleia Geral em 2020 e 2021.

Termos de aceitação validados



14

Termos de aceitação validados em 2021

Em 2021 foram emitidas 2.638 ordens de pagamento, correspondentes a um montante de incentivo de 86,5 M€. Deste total, aproximadamente 69%, referem-se a projetos em copromoção, seguidos pelos projetos mobilizadores (23% do volume de pagamentos do ano).

Medidas	Pagamentos	
	Nº de Pagamentos	Valor pago (€)
PT2020 (2021)	2 638	86 548 376,86
SI I&DT - Copromoção	1 303	41 777 651,27
SI I&DT - Copromoção - Clube de Fornecedores	106	4 864 823,10
SI I&DT - Copromoção - COVID-19	137	4 335 896,80
SI I&DT - Copromoção - Territórios do Interior	146	2 723 323,84
SI I&DT - Demonstradores em Copromoção	51	1 571 051,62
SI I&DT - Demonstradores Individuais	24	643 190,64
SI I&DT - Industrial à Escala Europeia	58	2 081 007,05
SI I&DT - Núcleos de I&DT em Copromoção	22	485 322,73
SI I&DT - Parcerias Internacionais	126	3 665 935,69
SI I&DT - Projetos Mobilizadores	556	19 493 013,40
SI I&DT - Selos de Excelência	34	3 852 941,84
SI I&DT - Internacionalização de I&D	2	4 095,63
SI I&DT - Propriedade Industrial	2	24 514,06
SAICT - Internacionalização de I&D	17	277 937,82
SAICT - Propriedade Industrial	44	446 630,12
SIAC	10	301 041,25

31/12/2021

Pagamentos realizados em 2021



Pagamentos a promotores (Milhões euros)

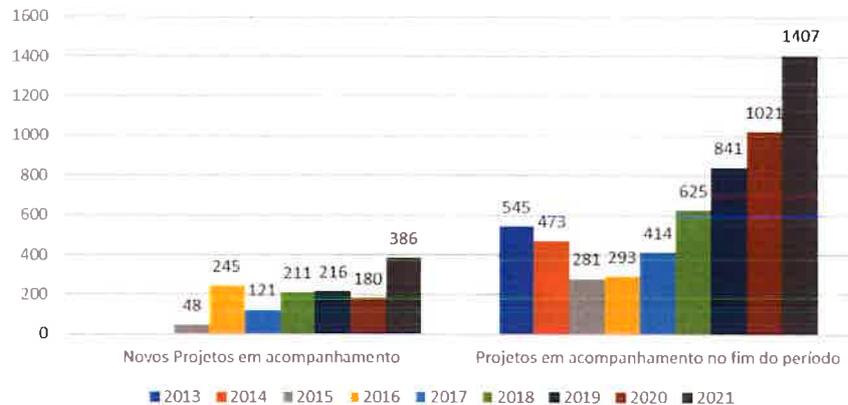
O volume de certificação de despesa ascendeu a 162,1 M€ em 2021 representando um aumento de 154% face a 2020, correspondendo o ano de 2021 a mais de 42% da execução acumulada no âmbito do Portugal 2020. Também o montante do fundo executado em 2021 atingiu um valor de 103,7 M€ (101,4 M€ no SI I&DT), verificando-se um acréscimo de 156% em relação ao ano anterior.

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de Gestão e Contas 2021



No final de 2021 encontravam-se em acompanhamento, 1.407 projetos PT 2020, referentes à participação de 4.485 beneficiários, traduzindo-se num aumento de 386 projetos em relação ao ano anterior.



Projetos em acompanhamento (PT 2020)

Durante o ano de 2021, foram realizadas 29 visitas de verificações no local, de acordo com os planos de verificação aprovados pelas Autoridades de Gestão. Não obstante aos progressos conseguidos em 2021 em matéria de aceleração da validação de pedidos de pagamento, continuou a verificar-se a submissão de novos pedidos de pagamento a um ritmo mensal médio de 198 pedidos, o que combinado com a capacidade de processamento médio mensal atingida este ano de 180. De modo a mitigar esta situação, foi lançado um concurso público internacional para validação de 3.000 pedidos de pagamento, cuja prestação de serviços se iniciou a 16 setembro 2021.

6.1.2. Incentivos fiscais

A ANI tem como atividade a gestão do processo de certificação de despesa de I&D e atribuição de crédito fiscal no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), incluindo o reconhecimento de idoneidade das empresas e no setor da tecnologia para a elegibilidade destes incentivos.

O número de candidaturas submetidas ao SIFIDE aumentou de 2.369 em 2020 para 3.348 em 2021. As candidaturas submetidas em 2021 (que compreendem maioritariamente o exercício fiscal de 2020) representaram um volume de investimento em I&D de 1.620M€, correspondendo a 770M€ de crédito fiscal solicitado.

Em 2021 foram analisadas 1.667 candidaturas relativas aos exercícios 2018, 2019 e 2020, que corresponderam à recomendação de 382M€ de crédito fiscal sobre 5.533 projetos, sendo que 107M€ se referem ao exercício de 2020.

EXERCÍCIO FISCAL	n.º Candidaturas recebidas
2019	22
2020	3.326
TOTAL	3.348

Número de candidaturas recebidas em 2021

EXERCÍCIO FISCAL	N.º CANDIDATURAS		N.º PROJETOS	
	AVALIADAS		AVALIADOS	
2018	18	102		
2019	1.115	5.026		
2020	534	405		
TOTAL	1.667	5.533		

Número de candidaturas e projetos avaliados



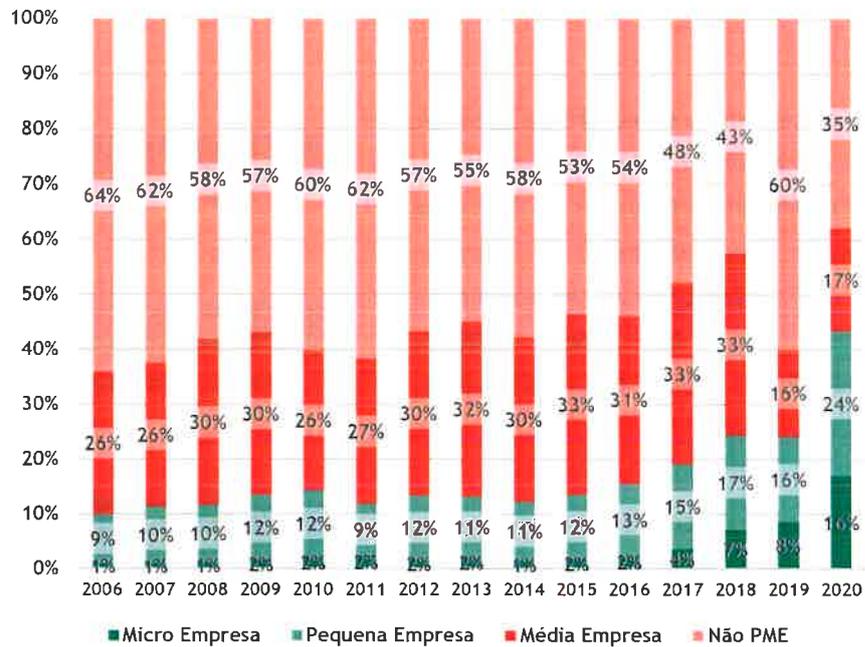
Investimento em I&D declarado vs. Apurado



Crédito fiscal solicitados vs. Aprovado

Relatório de Gestão e Contas 2021

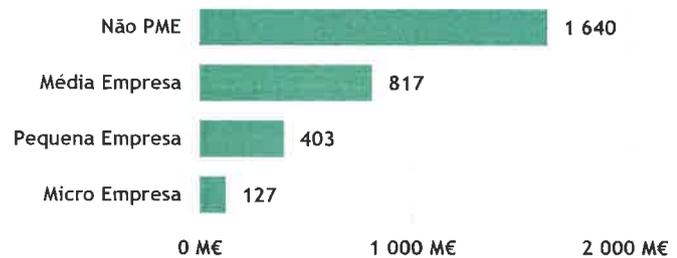
Verificou-se um crescimento moderado das PME até 2018, tendo esta tendência sido alterada em 2019, pelo aumento de candidaturas submetidas por Não PME, decorrente do aumento do interesse de empresas subscritoras de unidades de participação em fundos de capital de risco - investimento esse, elegível no âmbito do SIFIDE. Os dados de 2020 dizem respeito às 534 candidaturas avaliadas até dezembro 2021.



17

Crédito fiscal atribuído por ano e por dimensão da empresa

A despesa em I&D apresentada ao SIFIDE centra-se maioritariamente na indústria, seguida do setor das tecnologias de informação e comunicação que, em conjunto, representam mais de 70% nos últimos anos.



Crédito fiscal atribuído por dimensão da empresa (2006-2020)



Investimento em I&D apurado por setor empresarial (2006-2020)

O balanço do SIFIDE é positivo, com mais de 3.000 empresas a recorrer atualmente ao sistema, tendo o crédito fiscal anualmente atribuído vindo a aumentar ao longo dos anos.

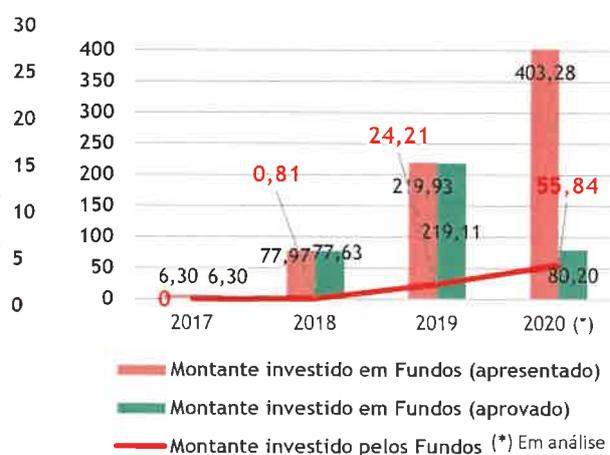
Fundos de investimento SIFIDE

A Lei que regula o SIFIDE previa no seu articulado, desde a sua criação em 1997, que a “Participação no capital de instituições de investigação e desenvolvimento e contributos para fundos de investimentos, públicos ou privados, destinados a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento, incluindo o financiamento da valorização dos seus resultados, cuja idoneidade em matéria de investigação e desenvolvimento seja reconhecida” constituía uma aplicação relevante e elegível para atribuição de crédito fiscal.

Assim, desde 2017, exercício em que ocorreram as primeiras 21 candidaturas de Fundos de Investimento, que o número de candidaturas tem vindo a aumentar. Até final de 2021 aproximadamente 41 fundos já conseguiram captar 707,50 M€. De acordo com o apuramento efetuado no ano 2021, junto das Sociedades Gestoras dos Fundos, foram investidos cerca de 80,86 M€.



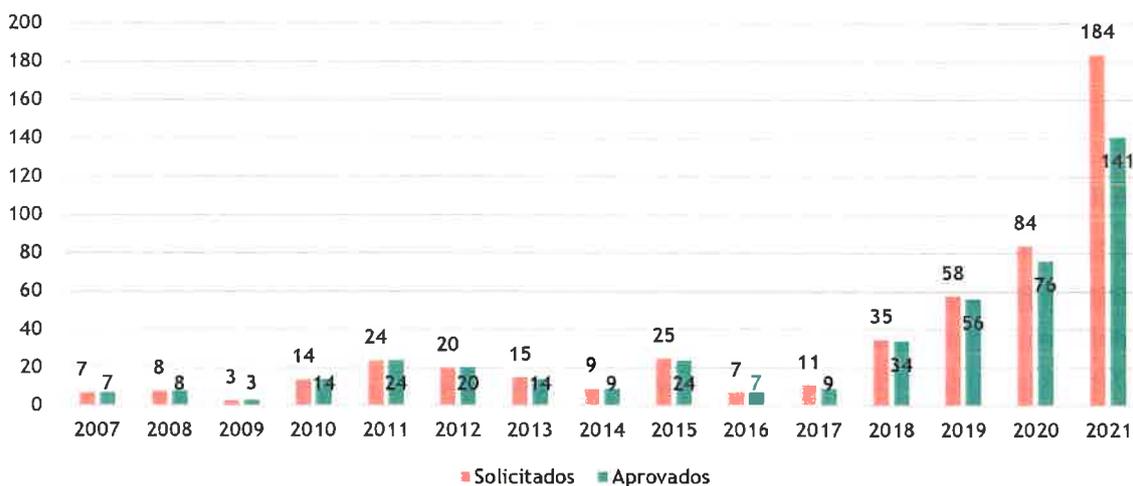
Nº candidaturas ao SIFIDE e nº fundos



Montante angariado, aprovado e investido pelas SCR (M€)

Reconhecimento de Idoneidade

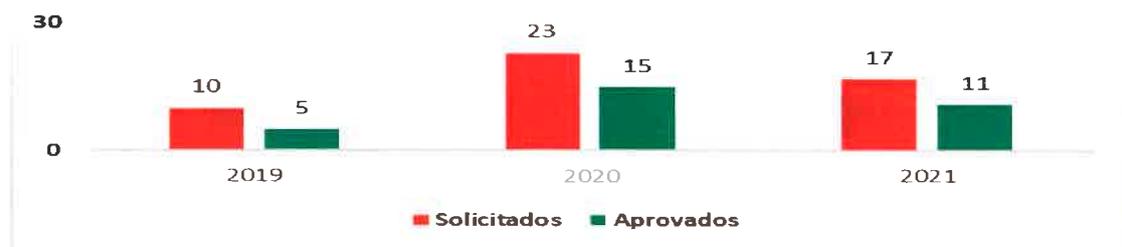
O reconhecimento de idoneidade das empresas (e outras entidades que não as do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação) na prática de atividades de I&D tem aumentado ao longo dos anos, sendo que em 2021 foram analisados 153 pedidos, dos quais 149 tiveram aprovação parcial ou total face ao solicitado. Este aumento decorre do fato das empresas reconhecidas na prática de atividades de I&D serem elegíveis para serem participadas por Sociedades de Capitais de Risco e, em particular, dos Fundos de investimento já referidos.



Nº pedidos de Reconhecimento de Idoneidade

Reconhecimento de empresas do setor da tecnologia

O número dos pedidos do reconhecimento de empresas do sector da tecnologia, para respetiva certificação ascendeu a 17 pedidos apresentados, dos quais 11 empresas foram reconhecidas no setor da tecnologia: 9 por apresentarem investimento em I&D de pelo menos 7,5% da sua faturação; e 2 por estarem incubadas.



Nº pedidos de Reconhecimento de empresa no setor da tecnologia

[Handwritten signatures and marks on the right margin]

6.2. CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

A ANI é responsável pela capacitação do Sistema Nacional de Inovação (SNI) e pela promoção e monitorização da valorização de tecnologia e de políticas de Inovação.

6.2.1. Valorização Tecnológica

No âmbito da dinamização e promoção do SNI, a ANI procura:

- Reforçar as infraestruturas tecnológicas, nomeadamente com a rede de Laboratórios Colaborativos (CoLabs), Centros de Interface Tecnológico (CIT) e Technology Transfer Offices - Rede de Transferência e Valorização Tecnologia e de Conhecimento (TTO), financiando-os e/ou capacitando-os para que possam potenciar a ligação entre a ciência e a economia e contribuindo para os objetivos do Programa Interface e Missão INTERFACE;
- Promover o empreendedorismo de base tecnológica e científica e a transferência de tecnologia.

No âmbito da capacitação e valorização tecnológica, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

Infraestruturas Tecnológicas (CIT, Colab e TTO e Missão Interface):

- Apoio aos CIT no esclarecimento de questões relacionadas com o instrumento Financiamento Base Plurianual;
- Apoio na contratualização de financiamento entre o FITEC e os CIT, bem como na definição de modelos de extensão do respetivo incentivo;
- Preparação da Estratégia a implementar dos TTO, com definição de racionais, eixos e medidas, potenciais instrumentos e resultados, em articulação com os principais agentes e especialistas;
- Consolidação das atividades de acompanhamento e monitorização dos 35 Laboratórios Colaborativos (CoLAB) reconhecidos pela FCT, nomeadamente:
 - Acompanhamento dos processos de financiamento de cada CoLAB. Em 2021, foi analisado o progresso dos 26 CoLAB com atividades em curso, tendo sido elaborados pareceres para a libertação das tranches anuais de financiamento previstas pela FCT num montante de 3.5M€;
 - Recolha e análise de informação detalhada sobre o progresso de cada CoLAB;
 - Organização de visitas e reuniões (27) entre os CoLAB e mentores internacionais e promoção de momentos de interação entre os CoLAB e entre estes e outras entidades do Sistema Nacional de Inovação;

- Organização de nove sessões temáticas dedicadas a informar ou capacitar os CoLAB sobre matérias relacionadas com oportunidades de financiamento e três eventos de promoção das atividades dos CoLAB.

Promover o empreendedorismo de base tecnológica e científica e a transferência de tecnologia

A ANI, no âmbito da promoção do empreendedorismo de base científica e tecnológica, deu continuidade às iniciativas:

- Born from Knowledge (BfK) que visa valorizar o potencial de transferência de conhecimento gerado no sistema de ensino superior, premiando ideias ou projetos suscetíveis de chegar ao mercado, abrangendo diferentes tipologias de ações, das quais se destacam:
 - O BfK Ideas premeia e divulga ideias de negócio “nascidas do conhecimento”, resultantes das atividades de I+D+I ou do conhecimento científico e/ou tecnológico dos promotores. Em 2021, foram realizadas duas edições com um total de 67 equipas, 130 promotores, mais de 200 horas de capacitação e mentoria onde foram premiadas nove ideias de negócio de base científica que aguardam nova edição do Programa de Aceleração BfK Rise;
 - O BfK Awards reconhece em conjunto com parceiros projetos, produtos, processos, serviços e empresas “nascidos do conhecimento” e que mais se destaquem em atividades de I+D+I. Foram concretizadas 10 parcerias de cooperação BfK Awards (de 14 leads), duas das quais com novas entidades parceiras (GLINTT e ADENE), e três outras com impacto em 2022. Em 2021, foram avaliadas 139 candidaturas e distinguidos cinco projetos das 10 parcerias:
 - Prémio Empreendedorismo e Inovação Crédito Agrícola:
 - Edição 2020: 17 candidaturas avaliadas - vencedor: STEX
 - Edição 2021: 55 candidaturas em avaliação - vencedor: Smart Trap;
 - BPI Empreendedor XXI:
 - Edição 2020: 20 candidaturas avaliadas - vencedor AgroGrIN Tech;
 - Edição 2021: em fase de receção de candidaturas para avaliação.
 - Ecotrophelia Portugal (parceiro PortugalFoods): 10 candidaturas avaliadas, vencedor Baguitas;
 - World Summit Awards (parceria APDC): 28 candidaturas avaliadas, vencedor GRIPWISE;
 - Montepio Acredita Portugal: 3 candidaturas avaliadas, prémio não atribuído
 - Altice International Innovation Award: 6 candidaturas avaliadas, vencedor Smartex.ai;
 - Food and Nutrition Awards: em fase de receção de candidaturas para avaliação;
 - Prémio Jovem Empreendedor ANJE: a lançar em 2022;
 - Prémio HINTT (parceiro GLINTT): a lançar em 2022;

- Prémio AQUA+ (parceiro ADENE): a lançar em 2022.
- Realização de um mapeamento de gabinetes de transferência de tecnologia e valorização do conhecimento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a definição e criação de uma Rede de Transferência e Valorização do Conhecimento;
- Integração da ANI, como representante de Portugal, na equipa liderada pela área Research and Innovation da Comissão Europeia, que organizou a primeira Semana Europeia da Valorização do Conhecimento - *EU Knowledge Valorisation Week*, onde foram partilhados e debatidos *case studies* de cada país para impulsionar a translação de resultados de investigação para a sociedade;
- “Innovation Talks” - eventos quinzenais (transmitidos no Facebook da ANI) que visam a divulgação e a disseminação de atividades de investigação nacionais, nomeadamente desenvolvidos por CIT, CoLAB e Clusters.

6.2.2. Promoção e monitorização de políticas

A ANI coordena e acompanha a execução de programas e estratégias de inovação de abrangência nacional bem como promove a monitoriza as políticas de inovação, atuando como advisor às tutelas em política de inovação e o seu impacto económico e social. Dos diversos programas e estratégias salientam-se:

- **Estratégia Nacional de Inovação Tecnológica e Empresarial 2018-2030** aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros 25/2018 e que constitui o principal referencial para a política de inovação em Portugal em que a ANI tem a responsabilidade de coordenação global competindo-lhe prosseguir as suas linhas orientadoras, designadamente através da promoção da colaboração entre entidades do sistema científico e tecnológico e o meio empresarial, e do reforço da participação em programas internacionais por parte das empresas e entidades do sistema científico e tecnológico nacional, nomeadamente Instituições de Ensino Superior e Centros Interface, com vista à promoção das suas capacidades, competências e resultados da política de apoio à inovação;
- **CPI (Compras Públicas Inovação)** em que a ANI é responsável pela implementação do Protocolo de Colaboração para as Compras Públicas de Inovação (CPI), entre a ANI e o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (assinado em dezembro de 2018). Neste âmbito, destacam-se:
 - Os trabalhos das atividades de consolidação e alargamento da rede de centro de competências CPI europeia bem como a implementação do plano de ação (ibuy) aprovado pelo programa Interreg Europe, em particular o acompanhamento do estudo de avaliação do mercado de CPI nacional, desenvolvido pelo ISCTE;
 - Gestão e participação do projeto SAMA que envolveu o desenvolvimento da primeira base de dados da comunidade CPI nacional; de workshops temáticos ANI-IMPIC para

consolidação de atividades do projeto e; implementação e formalização do centro de competências em compras públicas de inovação (CC-CPI), designado PROCURE+i.

- **Economia Circular** em que a ANI é referenciada como fonte no indicador relativo ao número de projetos de I+D+I apoiados pelo SIFIDE com majoração ecodesign e no indicador relacionado com a atividade I+D+I apoiada, em projetos de economia circular. No seguimento dos trabalhos realizados em anos anteriores foi publicado o artigo “Mapping Competences of the Technological Interface Centers to Support the Transition of Portuguese Companies Toward the Circular Economy” na revista científica *Frontiers in Sustainability*. No âmbito da economia circular foram ainda desenvolvidos projetos a convite de entidades terceiras, nomeadamente:
 - Contributos para atividades do grupo consultivo do projeto “Centro Greendéal” em contratação pública circular - CCCR Centro;
 - Contributos para atividades do grupo consultivo do projeto “2S - CIRCULARE” em economia circular - CCCR Alentejo;
 - Contributos para atividades do grupo consultivo do projeto “EMa_PriCE” em execução.

- **CAF** (acompanhamento e fiscalização dos projetos de investigação e desenvolvimento) em que a ANI procedeu a:
 - Encerramento do processo CAF do adjudicante Infraestruturas de Portugal, S.A.;
 - Encerramento do processo CAF do adjudicante Governo Regional da Madeira;
 - Reuniões de trabalho com o adjudicante Parque Escolar E.P.E, para preparação do encerramento dos seus processos CAF pendentes;
 - Promoção e participação na reunião entre as administrações da Parque Escolar e a ANI, para definição das abordagens a seguir para a conclusão dos processos CAF pendentes.

- **ENEI (Estratégia Nacional Especialização Inteligente)** que visa o desenvolvimento de todo o sistema de investigação e inovação de um modo sustentável, com o objetivo de reduzir as fragilidades identificadas no Diagnóstico ao Sistema de I+D+I, sendo a ANI a responsável pela Presidência do Conselho Coordenador da ENEI. Nesse sentido, em 2021 foram realizadas as seguintes atividades:
 - Proposta de revisão ENEI 2030;
 - Desenvolvimento de proposta para o Sistema de Monitorização.

- **IPCEI (Projetos Importantes de Interesse Comum Europeu)** é uma medida promovida em Portugal pela ANI em parceria com o IAPMEI e que consiste em instrumentos estratégicos para a implementação da Estratégia Industrial da União Europeia (UE), através da materialização em consórcios de larga escala que visam a I+D+I e as primeiras aplicações industriais em cadeias de valor estratégicas. Em 2021 os trabalhos realizados pela ANI envolveram:
 - A discussão do *chapeau text* e a co-liderança do workstream Sense;

- Lançamento de um processo aberto para a identificação de intenções de investimento, do qual resultou em oito empresas selecionadas com projetos de investimento e I+D+I e/ou “primeira implementação industrial” com um investimento estimado em 259 M € (sistema de apoio e montantes a atribuir ainda por definir). A maioria dos participantes neste IPCEI constam da Agenda Mobilizadora da Microeletrónica.

- **Monitorização do Sistema Nacional de Inovação** em que a ANI lançou a primeira edição do Relatório de Inovação de 2020 redefinindo a sua estrutura e processo de elaboração com a participação de outras entidades parceiras, nomeadamente IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação; INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial; IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional; PME Investimentos, agora Banco Português de Fomento; DGPM - Direção-Geral de Política do Mar e Startup Portugal;

- **ONS (Organismo Normalização Setorial)** em que a ANI enquanto organismo de normalização setorial do sistema português de normalização (ONS.ANI) coordena e acompanha o funcionamento e as atividades da Comissão Técnica 169 (CT 169), criada em 2007 pelo Organismo de Normalização Nacional (ONN) - Instituto Português de Qualidade. Em 2021, foram desenvolvidas as seguintes atividades principais:
 - Trabalho de elaboração da nova versão da NP4457:2021, com o funcionamento de 7 grupos de trabalho;
 - Constituição e funcionamento do Grupo Editorial para a revisão final;
 - Participação nos vários grupos de trabalho da ISSO;
 - Realização de dois webinars no âmbito das Innovation Talks:
 - Innovation Talk #15 | Normalização da Gestão da inovação: a família das normas ISSO e;
 - Innovation Talk #19 | Medir e Avaliar os contributos da Inovação: Vantagens e Desafios.

6.3. REDES INTERNACIONAIS

A ANI promove e apoia a participação de instituições portuguesas (empresas e instituições de ensino superior) em programas e redes internacionais. A ANI integra estruturas de apoio à participação nacional em Programas Europeus e Organizações Internacionais e de suporte à internacionalização das entidades nacionais, nomeadamente:

- (i) Núcleo de Pontos de Contacto Nacionais (National Contact Points, NCPs) e Delegados Nacionais para os pilares II e III do Programa-Quadro Europeu (contribuição da ANI para a Rede PERIN, Portugal in Europe, Research and Innovation Network);
- (ii) Rede Enterprise Europe Network (EEN);
- (iii) Programa EUREKA/EUROSTARS;
- (iv) Industrial Liaison Officer (ILO) para várias organizações internacionais de que Portugal é membro (CERN e ITER);
- (v) European Institute of Technology (EIT).

25

Durante o ano de 2021 a ANI interveio em diversas atividades no âmbito da promoção das redes internacionais, nas quais se destacam seguidamente as principais atividades.

Transportation Research Arena 2022 (TRA2022)

A ANI desenvolveu trabalhos no âmbito da organização da conferência “**Transportation Research Arena 2022 (TRA2022)**” que se insere no projeto H2020 MOVING TOGETHER, a ocorrer em novembro de 2022 em Lisboa, que inicialmente estava prevista para 2021, mas que dado o contexto pandémico foi adiada.

Presidência Portuguesa Conselho da União Europeia (PPUE21)

A ANI foi envolvida na **Presidência Portuguesa Conselho da União Europeia (PPUE21)**, nomeadamente na organização das seguintes conferências:

- All Atlantic R&I for a Sustainable Ocean: Ministerial High-level & Stakeholders Conference que ocorreu em formato híbrido (online e presencial) de 2 a 4 junho em Ponta Delgada, Açores, e que contou com 173 participantes aproximadamente e 2209 visualizações. Como resultado foram a assinatura da Declaração dos Açores, a criação da plataforma All-Atlantic Pledging Platform, e o reforço da cooperação para o Green Deal, e à área de Missão dos Oceanos, Mares e Águas saudáveis, do Horizonte Europa;

Relatório de Gestão e Contas 2021

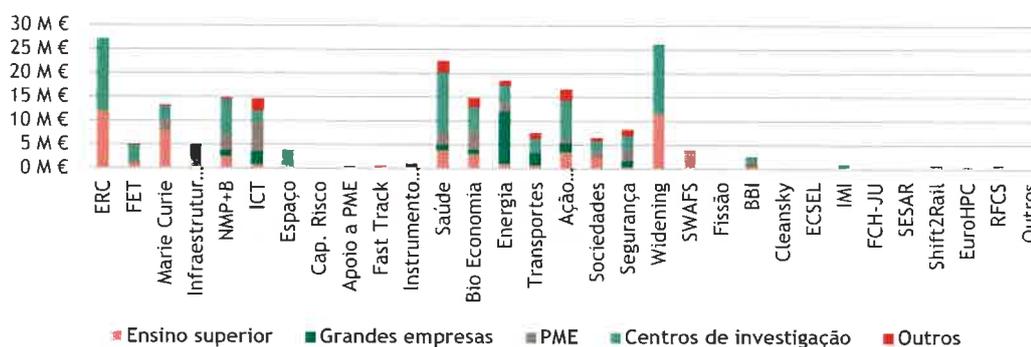
- EuroNanoForum 2021 que ocorreu em formato online de 5 a 6 de maio e que contou 3640 participantes cujo tema centrou-se na recuperação da Europa para se prosperar e se tornar mais resiliente com o apoio da Nanotecnologia e Materiais avançados;
- Climate Science from Space que ocorreu em 21 e 22 de abril com 800 participantes e que teve como principal objetivo a construção de pontes entre tecnologias e serviços, com a recolha de dados do espaço e os ecossistemas climáticos como contributo para uma transição económica e social mais verde e resiliente às alterações climática.

26

Horizonte 2020

A ANI realizou trabalhos de apuramento dos dados finais da participação portuguesa no programa **Horizonte 2020** (encerrado em 2020) dos quais salientam-se:

- A captação de 217 M€, num universo de 426 projetos financiados, com 109 coordenações nacionais cujos projetos envolveram um total de 651 entidades nacionais, sendo 30% do setor privado, 56% das universidades e centros de investigação e 14% de outras tipologias (associações, ONG, municípios);
- Os principais financiamentos para Portugal centraram-se em três programas: (i) European Research Council (27,12 M€); (ii) Spreading Excellence and Widening Participation (26,21 M€) e; (iii) Desafio Societal Saúde (22,65 M€).
- A participação significativa das empresas nas áreas da energia (12,74 M€) e das TIC (8,91 M€).



Financiamento captado por tema e tipo de entidade no ano de 2020

No EIT, e após forte apoio à intensificação da participação nacional promovida pelos NCPs da ANI, sobretudo no melhor aproveitamento das possibilidades da RIS (Regional Innovation Scheme) e um forte aumento do retorno da EIT Food, o desempenho da participação nacional melhorou significativamente (1,59% em 2020), tendo-se aproximado da média nacional de participação no H2020 no mesmo período (1,66%).

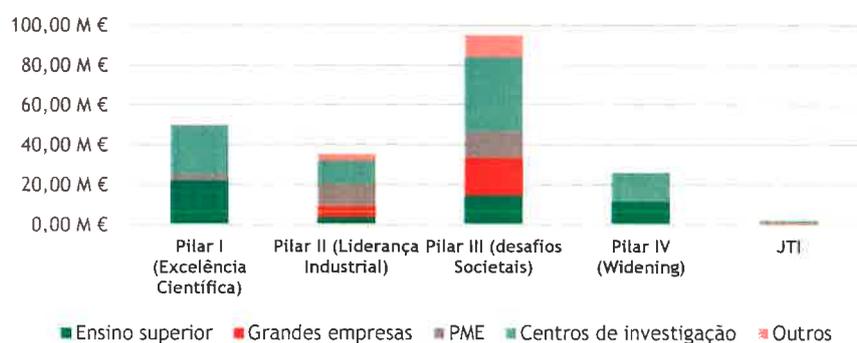
Relatório de Gestão e Contas 2021

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
EIT Climate-KIC			0.15 M €	0.56 M €	0.77 M €	0.73 M €	0.36 M €
EIT Digital					0.22 M €	0.24 M €	0.23 M €
EIT InnoEnergy			2.81 M €	3.02 M €	2.15 M €	2.04 M €	0.80 M €
EIT Health			0.05 M €	0.26 M €	1.58 M €	3.24 M €	2.63 M €
EIT Raw Materials				0.03 M €	0.32 M €	0.55 M €	0.93 M €
EIT Food					0.04 M €	0.00 M €	0.46 M €
EIT Manufacturing							1.30 M €
EIT Urban Mobility							0.02 M €
TOTAL	2.30 M €	1.85 M €	3.01 M €	3.90 M €	5.08 M €	6.80 M €	6.75 M €

27

Evolução do financiamento captado pelas entidades nacionais no EIT no H2020 (dados detalhados para 2014 e 2015 não disponibilizados pelo EIT)

A participação, por tipo de entidade em 2020 para os temas FET e ERC do Pilar I, dedicado à Excelência Científica e focado em atividades de investigação fundamental, foi predominantemente de instituições do ensino superior e centros de investigação. Como é expectável, os temas do Pilar II, dedicado à Liderança Industrial, apresentam uma forte participação do setor empresarial, com um foco no tema ICT. Nos temas do Pilar III, Desafios Societais, volta a ser preponderante a participação de instituições do ensino superior e centros de investigação, mas também houve uma forte participação de grandes empresas na área de Energia. As PME's estão representadas em todos os temas do Pilar III, traduzindo a natureza multidisciplinar dos consórcios formados.



Financiamento captado por pilar e tipo de entidade em 2020

Horizonte Europa (HE)

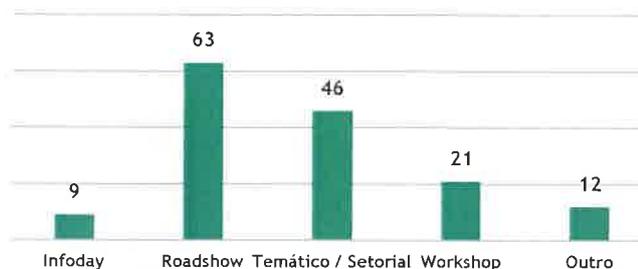
A ANI participou nos Comitês do **Horizonte Europa**. Este programa teve início em 2021 e consiste no maior programa transnacional de financiamento de investigação e inovação, com um orçamento global de cerca de 95,5 mil milhões €. A integração no Comité, permite à ANI a participação na discussão dos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

programas de trabalho, para 2021-2022 e 2023-2024, com vista a maximizar os interesses nacionais e potenciar uma maior participação nacional, sendo o seu principal objetivo defender as prioridades nacionais nas diferentes áreas temáticas. De modo a promover este programa a ANI realizou:

- Sessões públicas em parceria com outras instituições do sistema científico e tecnológico nacional, associações empresariais e autoridades públicas nacionais e regionais;
- Sessões públicas online (151), com mais de 13963 participantes.

Estas sessões dividiram-se entre eventos tipo Roadshow de divulgação do HE, eventos temáticos e setoriais, Infodays, com o envolvimento dos cidadãos e atores do SCTN, vários tipos de workshops de apoio à elaboração de propostas.

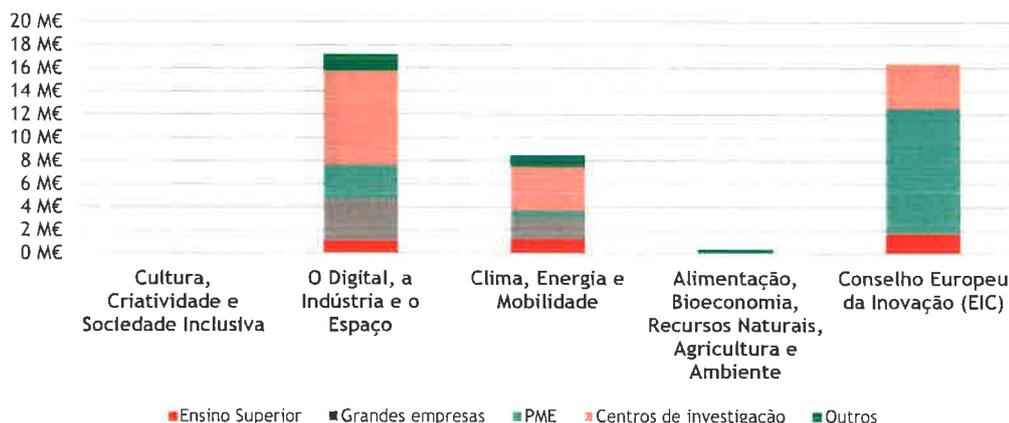


Número de sessões DPI de promoção realizadas ao longo do ano 2021

Da participação nacional durante 2021, destacam-se os seguintes resultados nos seguintes clusters:

- **Cluster 2** (Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva) que apresentou diversos concursos com um total de 152M€ que estão na sua maioria ainda por apurar e dos quais foram financiados para Portugal dois concursos (86k€):
 - uma rede europeia de pontos de contacto nacionais para o Cluster 2 (Net4SocietyHE);
 - uma aliança europeia para a investigação na área do património cultural (ARCHE), da qual participa a FCT.
- **Cluster 4** (Digital, indústria e espaço) foram selecionados para financiamento 26 de 139 projetos com participação nacional (em resposta a 2 concursos com orçamentos de 404M€ e 353M€), representando uma taxa de sucesso de cerca de 19%, em linha com a média da União Europeia (20%). Portugal captou na primeira 10,5 M€ (2,6% do financiamento disponível) para 15 projetos, e, na segunda, 6,7 M€ (1,9% do financiamento disponível) para 11 projetos. Destes 26 projetos, três são coordenados pelas seguintes instituições nacionais:
 - START - Sustainable Energy Harvesting Systems based on Innovative Mine Waste Recycling, liderado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG);
 - SoTecln Factory - Social and Technological Innovation Factory for Low-Carbon and Circular Industrial Value Chains, liderado pelo INESC TEC - Instituto De Engenharia de Sistemas E Computadores, Tecnologia E Ciência e;
 - Waste2BioComp - Converting organic waste into sustainable bio-based components, liderado pelo Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (CITEVE).

- *Cluster 5* (Clima, Energia e Mobilidade) foram apurados resultados relativos a 3 concursos lançados com um orçamento total de 501 M€. Destes concursos, as entidades portuguesas captaram 8,5 M€ referentes a 15 projetos, um dos quais uma coordenação, num total de 31 entidades;
- *Cluster 6*, cujos resultados ainda estão pendentes, tendo até ao momento sido comunicado o resultado do concurso de apoio à Parceria Europeia para a Biodiversidade (parceria cofinanciada), com a participação de 2 entidades nacionais (FCT e FRCT) que captaram um financiamento global de 0,33 M€.



Dados preliminares apurados à data dos resultados do primeiro ano do Horizonte Europa

No final de 2021 são conhecidos resultados de dois instrumentos do EIC:

1. **EIC Pathfinder:** as empresas portuguesas conseguiram 7 M€ correspondentes a 4% do orçamento total e uma taxa de sucesso de 8%. No total existem 13 participações portuguesas em projetos financiados, três dos quais liderados por instituições portuguesas: Neurosense, CATCHER e NanoXCAN. O Neurosense, do i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto, é um projeto de SENSOR NEUROendócrino para previsão e prevenção de morte súbita inesperada na epilepsia (SUDEP). O CATCHER, liderado pela NOVA.ID.FCT - Associação para a Inovação e Desenvolvimento da FCT, envolve a criação de uma tecnologia inovadora para conversão de energia renovável "humidade em eletricidade" para o desafio da energia sustentável. O NanoXCAN, da IST-ID - Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, é um microscópio de raios-X de imagem de vírus em nanoescala baseado em difração incoerente.
2. **EIC Accelerator:** são conhecidos os resultados das duas chamadas de candidaturas completas ao Acelerador (junho e outubro). Nestas duas chamadas foram submetidas 30 candidaturas por PME nacionais (num total de 1896 i.e. 1,8%) das quais 2 foram selecionadas para financiamento (num total de 99 empresas i.e. 2%), num total de 9,36M€. O projeto BRIGHT, da RUBYnanomed, recebeu 7 milhões de euros para trazer para o mercado mundial um novo sistema de diagnóstico de

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

metástases do cancro da mama. Por sua vez, Arboreabiofoods, com o projeto Biosolar Leaf, recebeu 2,3 milhões de euros para a inserção no mercado de uma tecnologia de produção de microalgas em larga-escala para o mercado da proteína alimentar.

EUREKA - EUROSTARS

A Rede Eureka, fundada em 1985, é a maior rede pública mundial para colaboração internacional em I&D e inovação e tem como principal objetivo promover o crescimento de start-ups, PMEs, grandes empresas, centros de investigação e universidades através do financiamento e apoio à cooperação internacional em I&D e fornecendo serviços de preparação para acesso a investimento. Portugal, tutela a Iniciativa Eureka através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sendo a FCT a agência de financiamento nacional do EUREKA e a ANI o EUREKA - Office (Portugal). Assim, Portugal participa nestas iniciativas, quer através da participação dos representantes nacionais nos órgãos de gestão, quer através da promoção da iniciativa e seus instrumentos junto das empresas nacionais.

A Iniciativa EUREKA integra diversos instrumentos de promoção de projetos de inovação de base tecnológica em consórcio, dos quais se destacam, em 2021:

- **EUROSTARS-2** em que foram apresentadas 28 candidaturas ao programa por entidades nacionais das quais 7 propostas foram classificadas acima do limiar de qualidade, sendo 2 projetos financiados;
- **EUROSTARS-3** em que foram submetidas 25 candidaturas por entidades nacionais, estando o processo de avaliação ainda a decorrer;
- **Projetos Rede Eureka** em que foram submetidas 5 candidaturas cuja convocatória está ainda em aberto. Das 5 candidaturas duas já foram avaliadas e receberam o selo EUREKA;
- **Clusters Eureka** em que 15 candidaturas receberam o selo do Cluster: 7 projetos ITEA (Software-Intensive systems), 2 EUROGIA (energy), 2 SMART (advanced manufacturing), 3 CELTIC-NEXT (Telecommunications) e 1 PENTA-EURIPIDES (electronics).

No âmbito da divulgação e promoção deste programa e dos seus instrumentos de financiamento junto das entidades nacionais, foram organizados, 1 sessão de informação sobre o programa EUROSTARS integrada na Jornadas do Horizonte Europa e 3 webinars integrados nos eventos de lançamento das convocatórias dos Clusters, (tendo as várias convocatórias do Programa sido amplamente disseminadas através dos canais de comunicação da ANI.

Presidência Portuguesa da Rede Eureka

Em julho de 2021, Portugal assumiu a presidência da Rede Eureka que vigorará por um ano, até final de junho de 2022. A Presidência Portuguesa da Rede EUREKA é encabeçada pelo Air Centre, em estreita colaboração com o MCTES, a FCT e a ANI. De entre os objetivos da Presidência Portuguesa do EUREKA, destacam-se:

- Alargar o alcance global da Rede EUREKA;
- Melhorar os mecanismos de cooperação e instrumentos da Rede;
- Promover uma maior direcionalidade do Eureka procurando atender aos desafios societários prementes.

Para além da promoção e gestão das convocatórias de projetos dos vários instrumentos da Rede Eureka a nível nacional, a ANI, é responsável pela coordenação de vários grupos de trabalho, nomeadamente: Grupo de Trabalho “Enhancing Cooperation with the Western Balkans”, “Innovative SMEs Consortium Agreement”, “Innovative SMEs Drafting Team”, e “Eureka Project Management Platform”, acompanhando ainda as reuniões do Public Authorities Committee dos Clusters Eureka, do Grupo de Trabalho “Enhancing Cooperation with Africa”, e do Grupo de trabalho “EPMP - Eureka Project Management Platform”. Em 2021 realizaram-se diversas atividades das quais se destacam:

- Elaboração de 2 artigos para as revistas do Cluster ITEA4 e CELTIC Next;
- Liderança e organização das atividades de dois grupos de trabalho para o aumento da colaboração entre as entidades empresariais de países membros da rede EUREKA África (Africa Working Group) e nos Balcãs Ocidentais (West Balkans Working Group);
- Liderança e organização de atividades dos grupos de trabalho “Innovative SMEs Consortium Agreement”, para a redação do acordo de consórcio entre 37 países da Parceria Europeia “Innovative SMEs” e “Innovative SMEs Drafting Team” para desenho das convocatórias dos Programas Eurostars 3 e Eureka Innowwide, que compreendem a parceria europeia;
- Acompanhamento da submissão da candidatura do EUROSTARS-3 à Comissão Europeia e lançamento da primeira convocatória do Programa em setembro de 2021;
- Coordenação da operacionalização das novas estruturas de coordenação do novo Programa de Clusters Eureka, nomeadamente o Comité de Autoridades Públicas (PAC - Public Authorities Committee) com representação das Agências de financiamento público de projetos de I&D do Eureka, e o Comité dos Clusters Eureka (CC - Clusters Committee) composto pelos representantes da indústria presentes na direção dos Clusters Eureka;
- Promoção e coordenação dos trabalhos PAC-CC com vista ao lançamento de uma convocatória conjunta entre Clusters Eureka sob o tema “Accelerating Sustainability” sendo um dos tópicos da convocatória as tecnologias espaciais e os Sistemas de Observação da Terra, correspondendo a um dos objetivos da presidência portuguesa (convocatória prevista lançar

no primeiro semestre de 2022);

- Organização do primeiro evento de uma série de cinco: Eureka Meets the Atlantic, em formato online e integrado no Ciência 2021;
- Organização do segundo evento do “Eureka meets the Atlantic” em colaboração com o “Department of Science and Innovation (DSI) do Ministério da Educação Superior, Ciência e Inovação da África do Sul), que teria lugar a 29 e 30 de novembro na Cidade do Cabo mas que, devido ao ressurgimento da pandemia, foi adiado para 21 e 22 de fevereiro de 2022;
- Organização de três reuniões de rede: a primeira reunião Executive Board /Executive Group, (EB/EG 1), em formato online, em julho de 2021; a segunda reunião EB/EG (EB/EG 2), em formato híbrido, de dois dias, em setembro de 2021, em Vilamoura, e a primeira reunião de Representantes de Alto Nível do Eureka, de Coordenadores Nacionais de projetos EUREKA e a Assembleia Geral (HLR/GA/NPC 1), em formato híbrido, de 22 a 24 novembro de 2021, no Porto. Esta reunião incluiu, para além das habituais reuniões de NPCs e de HLRs, a organização e coordenação de três workshops e de reuniões bilaterais entre representantes EUREKA.

32

Enterprise European Network

A ANI é membro fundador do Consórcio EEN-PORTUGAL que representa a Enterprise Europe Network em Portugal. Criada pela Comissão Europeia, é a maior rede de cooperação a nível mundial, dedicada às PME e Startups com ambições internacionais e conta atualmente com mais de 600 parceiros e a presença em 70 países, envolvendo cerca de 5000 especialistas em inovação e internacionalização.

A ANI viu aprovada a sua candidatura ao concurso Enterprise Europe Network para o período jan-2022/jun-2025, iniciando-se o novo Grant Agreement do Consórcio EEN-PORTUGAL em 1/1/2022.

Em 2021 destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Promoção e coorganização de eventos com a participação de 109 entidades portuguesas em 16 eventos B2B, tendo sido realizadas 183 reuniões virtuais com parceiros internacionais;
- Promoção de tecnologias e oportunidades de negócio através da base de dados de perfis de cooperação da rede EEN, que resultaram em 75 manifestações de interesse/ negociações de parcerias;
- Organização de 3 ações de formação “Treino de Pitch para o EIC” seguidas de sessões de aconselhamento personalizado a 60 empresas que estavam a preparar a candidatura ao EIC Accelerator ou Pathfinder, em complemento aos serviços prestados pelos NCPs do EIC.

No ano de 2021, o apoio da equipa EEN da ANI resultou na realização de 3 acordos de parceria em projetos de I&I Europeus, envolvendo 3 empresas e entidades do SCTN com parceiros da Bélgica, Eslováquia e Espanha.

Industrial Liaison Officer (ILO)

A ANI assegura, desde 2019, a função de Industrial Liaison Officer (ILO) para várias organizações internacionais de que Portugal é membro, promovendo a ligação entre os departamentos de compras das organizações e o tecido empresarial nacional, com os objetivos de:

- apoiar as organizações na estruturação das cadeias de abastecimento e;
- promover o maior número possível de contratos de fornecimentos e serviços para Portugal, contribuindo para o retorno industrial das quotas de associação pagas anualmente.

33

Durante o ano de 2021, o trabalho de ILO concentrou-se nas seguintes organizações - CERN e ITER:

- CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear) que é o mais importante centro europeu para a investigação em Física de Partículas. Portugal contribui atualmente com cerca de 1% do orçamento do CERN (através da FCT). A ANI tem desenvolvido trabalhos no sentido de melhoria, nomeadamente:
 - Aumento do esforço de ampliação da base industrial de fornecedores, que levou à subida do número de empresas registadas na base de dados da organização (de 94 para 166) e que passaram a receber notificações sobre oportunidades nos seus domínios de atividade;
 - Introdução de melhorias na base de dados de empresas para permitir a identificação imediata de fornecedores potenciais para cada novo processo de compras;
 - Dinamização de sessões de divulgação de oportunidades de negócio sectoriais, particularmente para o sector das TICE, em colaboração com a ANETIE e cluster TICE.PT.

Para além destas ações, foram asseguradas as participações como representante nacional em 2 reuniões do “ILO Forum” e 2 reuniões do “Knowledge Transfer (KT) Forum.

- ITER é um grande projeto internacional de fusão nuclear, sediado em Cadarache (sul de França), que reúne a União Europeia, E.U.A., Federação Russa, China, Japão, Coreia do Sul e Índia em que cada membro tem uma agência doméstica, responsável pela entrega do seu contributo ao projeto, maioritariamente em géneros (in kind). A agência europeia é a Fusion for Energy (F4E), com sede em Barcelona e cada país europeu ou associado do EURATOM tem um ILO no F4E. Em 2020, a ANI participou em 4 reuniões de ILOs F4E e em 3 reuniões com o ITER (todas remotas).

Participação Portuguesa na TAFTIE

A TAFTIE - Associação Europeia de Agências de Inovação é uma rede que conta atualmente com 32 organizações institucionais de 28 países europeus, com o objetivo a promover a troca de boas práticas e

a partilha de experiências na implementação dos programas, serviços de apoio e outros instrumentos nacionais e regionais de apoio à I&D aplicada, à inovação e transferência de conhecimento de base tecnológica. Em 2021, Portugal participou nas atividades da TAFTIE dos quais se destacam os seguintes eventos:

- EWG & GM - City As Innovation Hub e 24 e 25 fevereiro;
- EWG & GM - Artificial Intelligence / Robotics vs Humanity; de 29 a 30 de abril;
- Annual Conference & BM - Europe as A Leader In Carbon Free Strategies de 16 a 17 de junho;
- EWG & GM - Networking de 16 a 17 de setembro;
- Policy Forum & BM - Health Care de 11 a 12 de novembro.

6.4. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

No âmbito do PRR a ANI integra nas seguintes componentes:

- Missão Interface (C05-i02): A ANI assinou com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal o compromisso de executar a Missão Interface entre 2022 e 2026 o montante global de 186M€ para financiamento das instituições de interface, incluindo CTIs e Colab;
- Agendas Mobilizadoras (C05-i01): A ANI integrou o Comité Coordenador para as Agendas Mobilizadoras para a Inovação, trabalhos que envolveram a participação no design e operacionalização da iniciativa, num esforço transversal e interdepartamental, envolvendo mais de 15 elementos com participação na avaliação de candidaturas, culminando na apresentação dos resultados das candidaturas na 1ª fase num evento realizado no terminal de cruzeiros de Leixões;
- Transição Digital das Empresas 4.0: A ANI integrou o Comité Coordenador para as iniciativas na esfera da transição Digital.

7. OUTRAS ATIVIDADES

7.1. COMUNICAÇÃO

A ANI promove a comunicação externa das suas atividades e iniciativas de acordo com a missão da organização. Neste âmbito, a área de comunicação desenvolveu diversas iniciativas, nomeadamente:

- Lançamento de uma nova rubrica digital - “ANI ON THE ROAD” - como reforço de mudança no posicionamento da organização, enquanto entidade aberta ao exterior e próxima dos seus stakeholders;
- Organização e produção de eventos públicos (presenciais e híbridos) e/ou coorganizados pela ANI;
- Implementação de ações de comunicação interna (conjuntamente com os recursos humanos), de modo a promover uma cultura interna mais forte.

35

Estratégia de Canais e Conteúdos - indicadores

Canal/ Conteúdo	Indicador de Atividade 2021
Site	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 271 notícias (aumento de 8% face a 2020).
Newsletter	<ul style="list-style-type: none"> • 52 newsletters semanais 21 newsletters com taxa de abertura: 27% (aumento de 3% face a 2020).
Redes Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • LinkedIn: Aumento de 30% no número de seguidores: de 19.722 para 28.722; Mais de 20 mil interações; • Facebook: Mais 945 novos seguidores.
Assessoria de Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de 1080 notícias com referência expressa à ANI; • Publicação de 341 notícias promovidas pela ANI; • AVE médio por notícias promovidas pela ANI passou de 2 562,72€ em 2020 para 3 121,39€ (subida 21%); • Divulgação de 20 press releases e de 4 notas de agenda/convites aos meios de comunicação.
Presença na Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Episódio do programa The Next Big Idea da SIC Notícias dedicado ao programa BfK Ideas; • Entrevista à CNN Portugal sobre as Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial; • Grande Entrevista ao Expresso (28 de agosto); • Entrevista ao Jornal de Negócios sobre o SIFIDE (16 de agosto); • Artigo de Opinião n' O Jornal Económico (especial sobre setor Aeroespacial) 19 de junho.
Eventos	Organização de: <ul style="list-style-type: none"> • 2 edições do BfK Ideas; • Sessão de lançamento do Portal da Inovação; • 12 sessões de formação do Portal da Inovação; • Webinar: Observatório Valorização e Utilização do Conhecimento Científico em Portugal;

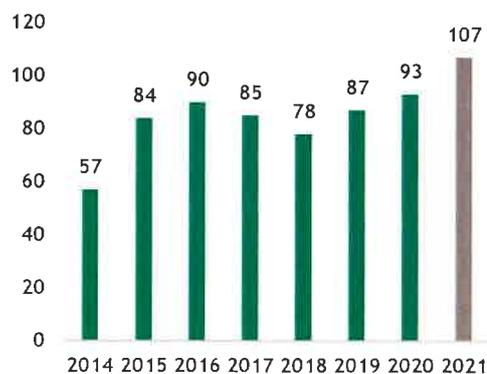
	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência Internacional “Green and Digital Transition in The Recovery Plans: The Sovereignty of Technology and Innovation”, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia; • 1ª Conferência Nacional de Compras Públicas de Inovação; • 2º Encontro Anual de Laboratórios Colaborativos; • Inovação na Era Digital; • Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial; • 9 Innovation Talks (online).
Comunicação interna	<ul style="list-style-type: none"> • Evento de Teambuilding; • Criação e implementação de newsletter interna mensal.

7.2. RECURSOS HUMANOS

A ANI reconhece como o seu centro da atividade os seus colaboradores, sendo o desenvolvimento pessoal e profissional de cada colaborador peças chave para o desenvolvimento da ANI. Nesse sentido, a ANI tem promovido ações para incentivar o bem-estar e criar condições para o aumento da motivação e empenho dos seus colaboradores, bem como proporcionar melhores condições de trabalho e de vida, nomeadamente através de:

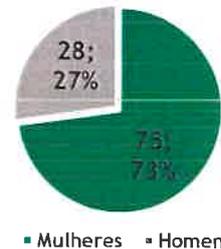
- Formações, nomeadamente a oferta formativa aos contextos e necessidades dos nossos colaboradores como por exemplo liderança e Design Thinking;
- Ações de melhoria dos espaços comuns, com aquisição de vários equipamentos;
- Disponibilização do kit de teletrabalho;
- Teambuilding;
- Sessões com a administração;
- Implementação de um regime híbrido de trabalho;
- Sensibilização sobre saúde e Bem Estar.

Em 2021 a ANI conta com 107 colaboradores, com idade média dos colaboradores de 43 anos com antiguidade média de 9 anos, sendo a maioria colaboradores qualificados com licenciatura, seguidos de mestrado e doutoramento. A ANI continua a acolher e a apoiar a formação prática de jovens do ensino superior através da continuidade do programa de Estágios da ANI tendo em 2021 acolhido 19 estagiários. Ainda em 2021 a ANI procedeu à contratação de 16 novos colaboradores, recorrendo a uma ferramenta de inteligência artificial, automatizando o processo de recrutamento.



Diversidade e Inclusão

A ANI desenvolveu em 2021 o primeiro Plano para a Igualdade, com a identificação de várias ações a implementar internamente nos próximos anos. Foi também o ano em que o Conselho de Administração subscreveu a Carta da Diversidade e em que se iniciou uma parceria com a Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão.



37

Resposta à COVID-19

Em resposta à situação pandémica decorrente da COVID 19, a ANI implementou e promoveu as seguintes medidas:

- Disponibilização do kit de teletrabalho, para todos os colaboradores;
- Implementação do regime de trabalho híbrido, de modo a permitir uma melhor conjugação entre a vida pessoal e a vida profissional;
- Implementação de medidas de proteção dos Colaboradores, incluindo disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), de soluções de desinfeção e de procedimentos de controlo de temperatura, entre outras:
 - **3.000** máscaras de proteção disponibilizadas;
 - **650** Testes covid-19 realizados (Antigénio e autotestes);
 - **6 ações** de testagem nas instalações de Lisboa e do Porto.

Ainda, a ANI promoveu o fluxo de energia positiva com a disponibilização de **+ de 2.000** peças de fruta!

7.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os Sistemas de Informação assumem uma importância estratégica na operação da ANI, com particular enfoque no suporte tecnológico ao negócio.

Em 2021 o Núcleo de Sistemas de Informação desenvolveu um tema de estudo e investigação: Planeamento de Sistemas de Informação, com o apoio e parceria da Universidade do Minho, Instituto Politécnico do Porto e Instituto Superior Técnico. O Planeamento de Sistemas de Informação será uma importante ferramenta de gestão e a sua metodologia uma parte integrante no planeamento estratégico empresarial da ANI que definirá um plano de ação claro para a utilização dos seus recursos.

Este Núcleo assegurou o apoio aos projetos de desenvolvimento da plataforma do SIFIDE, o Sistema de Gestão de Incentivos e o Sistema de Gestão de Peritos, permitindo alargar a oferta de serviços

tecnológicos disponíveis para os beneficiários do SNI e, simultaneamente, contribuindo para a agilização de vários processos internos. Um novo passo na desmaterialização de processos foi também conseguido por via da atualização do ERP Primavera Public Sector, para a sua versão mais recente (V10).

O ano de 2021 foi também o ano de lançamento do novo sistema de Helpdesk, uma nova ferramenta com novas regras baseadas nas melhores praticas do ITIL, para garantir que o melhor suporte informático é prestado aos colaboradores da ANI. Adicionalmente, foram adotadas novas iniciativas de capacitação e sensibilização dos colaboradores da ANI para o tema da cibersegurança. Por fim, em matéria de infraestruturas, a ANI investiu na modernização das suas salas técnicas, bem como a renovação de mais de 50% do parque informático de computadores portáteis.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras de 2021 da ANI foram preparadas com base no Decreto-lei nº85/2016 que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei 192/2015 onde aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante designado por SNC-AP).

Resultados

39

O resultado líquido da ANI em 2021 foi positivo em 506.758€, representando um aumento de 411.913€ face a 2020. Este aumento decorreu principalmente do aumento do resultado antes de depreciações e gastos financeiros que passou de 323.773€ em 2020 para 911.443€ em 2021 devido a:

- i) Aumento das prestações de serviços em 109.564€, totalizando em 2021 232.900€ decorrentes de: (i) aumento da faturação de serviços à AICEP e; (ii) faturação da comissão de gestão ao FITEC;
- ii) Aumento dos subsídios à exploração em 418.994€ (de 6.044.432€ em 2020 para 6.463.426€ em 2021) motivado pelo efeito do reconhecimento das atribuições de financiamento pela metodologia de custos indiretos afetos a programas cofinanciados;
- iii) Diminuição de custos com fornecimentos e serviços externos em 76.029 € face a 2020 (de 2.413.925€ em 2020 para 2.337.896€ em 2021), devido à redução do número de pareceres técnico-científicos adquiridos em 2021, bem como a conclusão de dois grandes projetos cofinanciados - SAMA (2,5M€) e SIAC (2,4M€) - que contribuíram para a redução da despesa com trabalhos especializados, honorários de serviços e outros serviços;
- iv) Aumento dos gastos com pessoal em 401.493€ (tendo passado de 3.512.909€ em 2020 para 3.914.403€ em 2021), decorrente da aplicação de valorizações remuneratórias e consequente incremento nos encargos sobre remunerações e do aumento do número de colaboradores;
- v) Diminuição dos gastos com provisões e imparidades 42.233€, motivada pela inexistência da constituição de provisões e reconhecimentos de imparidades em 2021;
- vi) Aumento da rubrica de provisões em 243.512€, tendo totalizado 121.756€ em 2021. Este aumento decorreu da reversão da provisão constituída em 2020 relativa a processos judiciais em curso, cuja resolução ocorreu durante o exercício de 2021, sem a necessidade de utilização da mesma;
- vii) Aumento de outros rendimentos e ganhos em 107.215€ decorrentes principalmente da aplicação do método de equivalência patrimonial da participação sobre o resultado líquido da Associação PROMONET, em que a ANI é detentora de 59,9%.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Relatório de Gestão e Contas 2021

Balanço

O ativo da ANI a 31 de dezembro de 2021 totalizava 19.241.596€, sendo constituído por:

- (i) Ativo não corrente (6.003.742€) que compreendia na sua maioria:
 - a. Ativos tangíveis (680.989€) referentes a equipamento e intangíveis (448.297€) relativos a software (261.248€) e goodwill (187.049€). Durante o exercício de 2021 não foram efetuados investimentos significativos em equipamento e software. Ainda foi reconhecido um goodwill referente à aquisição de 59,9% da participação no capital da Promonet;
 - b. Propriedades de investimento (1.090.921€) relativos às frações C e D e respetivos parqueamentos, no Edifício *Green Park*, na Avenida dos Combatentes nº10, em Lisboa;
 - c. Devedores por empréstimos por bonificações e subsídios reembolsáveis (2.673.000€) relativos principalmente à iniciativa de 2020 - *Inov4covid* - e cujo recebimento está previsto para junho de 2023;
 - d. Participações financeiras (989.441€) referentes à quota de instalação da Agência Portuguesa do Espaço (*Portugal Space*) adquirida em 2020 por €100.000 e à aquisição de 59,9% do capital associativo da Associação PROMONET (889.441€ - a aquisição foi realizada por 1M€, tendo incluído 111k€ de *Goodwill*).
- (ii) Ativo corrente (13.237.854€) que compreende na sua maioria:
 - a. Outras contas a receber (5.495.182€) referentes despesas incorridas no âmbito de projetos cofinanciados em execução;
 - b. Caixa e depósitos (7.655.071€) constituídos por depósitos à ordem.

O passivo da ANI a 31 de dezembro de 2021 totalizava 14.138.550€, sendo constituído na sua maioria (quer passivo não corrente, quer passivo corrente) por outras contas a pagar (€13.629.934) e cujos saldos se referem às contas de Gerência - saldos orçamentados não executados em 2021 transitados para 2022 nomeadamente relativos a custos com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal.

9. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Como perspetivas para o futuro e considerando o período do Plano Estratégico 2022-2024, a ANI regeirá a sua atividade seguindo três grandes desígnios nacionais:

- Transição Energética: contribuindo para a descarbonização;
- Transição Digital: promovendo a eficiência tecnológica;
- Coesão: contribuindo para um desenvolvimento equilibrado do território.

41

Para cumprir adequadamente a sua Missão, a ANI irá também melhorar a sua atuação seguindo quatro orientações: (i) rapidez na interação com os seus stakeholders; (ii) qualidade na tomada de decisões que impactem os projetos; (iii) agilidade na resposta, compreensão e adaptação aos stakeholders e; (iv) transparência: na tomada de decisão e dos processos que envolvem os seus principais stakeholders.

Ainda, e no seguimento da implementação do Plano Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026 - Programa nacional que visa implementar reformas e realizar investimentos para a retoma económica do país após a crise pandémica, com 1,1 mil M€ destinados à Inovação, nomeadamente através das reformas “Promoção da I+D+I e do investimento inovador nas empresas” e “Alargamento e consolidação da rede de instituições de interface”, a ANI assumirá como beneficiário intermediário na implementação da componente C05-i02 Missão Interface - Renovação da rede de suporte Ciência & Tecnologia e orientação para o tecido produtivo com um montante total de investimento de 186M€.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício no valor de o Resultado Líquido do Exercício no valor de 506.758,07 € (quinhentos e seis mil setecentos e cinquenta e oito euros e sete cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- 25.337,90 € (vinte e cinco mil trezentos e trinta e sete euros e noventa cêntimos) para reforço da Reserva Legal, nos termos do nº 1 do Art. 295º do Código das Sociedades Comerciais;
- 481.420,17 € (quatrocentos e oitenta e um mil quatrocentos e vinte euros e dezassete cêntimos) para Resultados Transitados.

11. FATOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DE CONTAS

A recente invasão da Ucrânia pela Rússia e as conseqüentes retaliações, perturbações das cadeias logísticas, aumento do custo das matérias primas e o geral impacto económico, podem provocar impactos na atividade económica portuguesa, que convém acautelar / considerar. A ANI não tem qualquer exposição direta à Ucrânia ou à Rússia, e até ao momento não sente qualquer impacto negativo desta situação na sua atividade.

43

11.1. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não existem garantias reais prestadas pela empresa.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais. Não foram realizados negócios entre a Entidade e o Conselho de Administração (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

A Entidade não dispõe de quaisquer outras sucursais, para além das indicadas no presente relatório.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a ANI informa que não tem dívidas em mora perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

12. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da ANI gostaria de agradecer a todos os stakeholders - acionistas, parceiros, colaboradores, fornecedores e demais entidades - que colocaram todo o seu esforço no sucesso das suas atividades.

44

O Conselho de Administração



(Joana Mendonça)



(Eduardo B. Pinto)



(João M. Borga)



(Helena Pereira)



(Francisco Sá)

13. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

RUBRICAS	Notas	Valores expressos em euros	
		SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	680 988,89	633 245,63
Propriedades de investimento	6	1 090 921,90	1 123 325,53
Ativos intangíveis	4	448 296,66	491 087,18
Participações financeiras	7	989 441,22	100 000,00
Devedores por empréstimos bonificações e subsídios reembolsáveis	9	2 673 000,00	2 673 000,00
Diferimentos	11	2 201,68	-
Outros ativos financeiros	22	58 514,60	46 246,79
Ativos por impostos diferidos	24	60 377,37	51 085,90
		6 003 742,32	5 117 991,03
Ativo corrente			
Clientes	23	10 232,82	59 846,70
Estado e outros entes públicos	8	17 521,66	23 799,38
Outras contas a receber	10	5 495 182,27	6 367 206,76
Diferimentos	11	59 845,58	52 188,07
Caixa e depósitos	3	7 655 071,80	8 185 715,53
		13 237 854,13	14 688 756,44
Total do ativo		19 241 596,45	19 806 747,47
Património Líquido			
Património/ Capital	12	5 176 376,50	5 176 376,50
Reservas	12	212 351,78	207 609,53
Resultados transitados	12	(1 115 279,02)	(1 139 969,88)
Ajustamentos em ativos financeiros	12	(17 715,40)	-
Outras variações no Património Líquido	12	340 554,42	358 898,40
Resultado líquido do período	12	506 758,07	94 844,94
Total do Património Líquido		5 103 046,35	4 697 759,49
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	-	121 756,37
Passivos por impostos diferidos	24	134 463,63	139 637,58
Outras contas a pagar	14	2 685 650,00	2 758 250,00
		2 820 113,63	3 019 643,95
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	-
Fornecedores	13	31 421,84	14 356,68
Estado e outros entes públicos	8	342 730,01	177 360,43
Outras contas a pagar	14	10 944 284,62	11 897 626,92
		11 318 436,47	12 089 344,03
Total do Passivo		14 138 550,10	15 108 987,98
Total do património líquido e do passivo		19 241 596,45	19 806 747,47

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado

Paulo Pereira

A Administração

Julia Torres

Handwritten notes and signatures in the right margin.

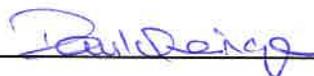
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores expressos em euros

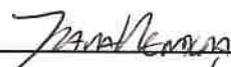
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
Prestações de serviços	15	232 900,74	123 337,09
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	15	6 463 426,14	6 044 432,70
Fornecimentos e serviços externos	16	(2 337 895,73)	(2 413 925,59)
Gastos com pessoal	17	(3 914 402,83)	(3 512 909,24)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)		-	(42 233,96)
Provisões (aumentos/ reduções)	20	121 756,37	(121 756,37)
Outros rendimentos e ganhos	18	499 946,73	392 731,47
Outros gastos e perdas	19	(154 287,82)	(145 903,38)
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros		911 443,60	323 772,72
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	4,5,6	(356 553,20)	(318 016,66)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)		-	83 413,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		554 890,40	89 169,44
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(568,95)	-
Resultado antes de imposto		554 321,45	89 169,44
Imposto sobre o rendimento	21	(47 563,38)	5 675,50
Resultado líquido do exercício		506 758,07	94 844,94

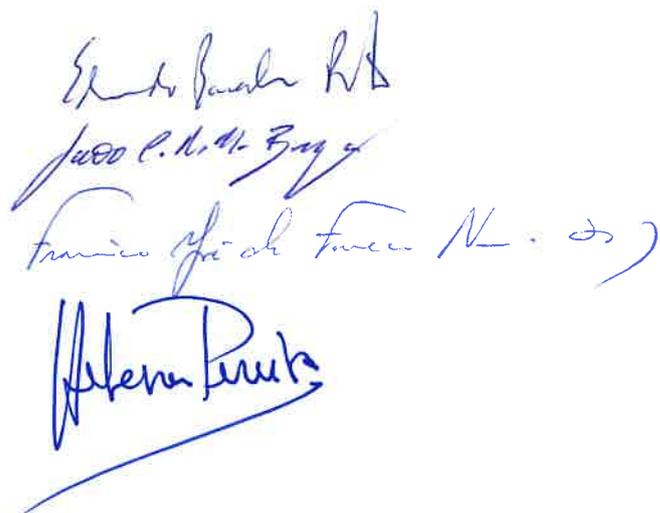
As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado



A Administração







Relatório de Gestão e Contas 2021

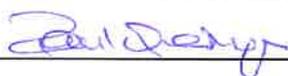
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em euros

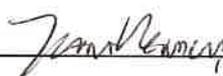
Descrição	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	22	276 988,34	183 887,51
Pagamentos a fornecedores	13	(3 984 936,51)	(5 791 017,90)
Pagamentos ao pessoal	17	(3 735 038,03)	(3 396 472,34)
Caixa gerada pelas operações		(7 442 986,20)	(9 003 602,73)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(23 475,16)	(13 671,41)
Outros recebimentos/pagamentos		8 060 075,61	7 934 477,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais		593 614,25	(1 082 797,13)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(116 047,55)	(46 889,09)
Ativos intangíveis	4	(8 210,43)	(302 629,33)
Investimentos financeiros	7	(1 000 000,00)	(113 219,44)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(1 124 257,98)	(462 737,86)
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeitos das diferenças de câmbio		(530 643,73)	(1 545 534,99)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3	8 185 715,53	9 731 250,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3	7 655 071,80	8 185 715,53
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	3	861,52	861,52
Depósitos bancários	3	7 654 210,28	8 184 854,01
Descoberto bancários			
		7 655 071,80	8 185 715,53

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado

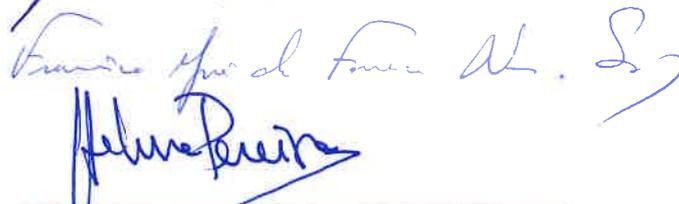


A Administração









Relatório de Gestão e Contas 2021

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em euros

Descrição	Notas	Capital/Patrimônio Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do patrimônio líquido
A 1 de janeiro de 2020	10	5 476 376,50	197 709,03	(1 267 809,06)	-	294 097,54	198 010,02	4 598 384,00	4 598 384,00
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	10	-	9 900,50	127 839,18	-	64 800,80	(108 010,02)	4 530,55	4 530,55
Resultado líquido do período		-	9 900,50	127 839,18	-	64 800,80	(108 010,02)	4 530,55	4 530,55
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	94 844,94	94 844,94	94 844,94
Operações com detentores de capital no período								99 375,49	99 375,49
A 31 de dezembro de 2020	10	5 476 376,50	207 609,53	(1 139 969,88)	-	358 898,40	94 844,94	4 697 759,49	4 697 759,49
A 1 de janeiro de 2021		5 476 376,50	207 609,53	(1 139 969,88)	-	358 898,40	94 844,94	4 697 759,49	4 697 759,49
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	10	-	4 742,25	24 690,86	(17 715,40)	(18 343,98)	(94 844,94)	(101 471,21)	(101 471,21)
Resultado líquido do período		-	-	24 690,86	-	-	(94 844,94)	(101 471,21)	(101 471,21)
Resultado integral	10	-	-	-	-	-	506 758,07	506 758,07	506 758,07
Operações com detentores de capital no período								405 286,86	405 286,86
A 31 de dezembro de 2021	10	5 476 376,50	212 351,78	(1 115 279,02)	(17 715,40)	340 554,42	506 758,07	5 103 046,35	5 103 046,35

48

As notas constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O Contabilista Certificado

Paulo Reis

A Administração

Janakumar

*Excmo. Sr. Paulo Reis
 Sr. Cel. M. G. G. S.
 Fm. J. J. de F. M. S.
 Felisberto*

14. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A ANI - Agência Nacional de Inovação, S.A. (“Empresa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, constituída em 06 de agosto de 1993, tem a sua sede na Rua de Sagres, nº11, Lisboa e tem como objeto outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão.

49

A Sociedade é detida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo IAPMEI com uma participação no capital de 50% e 50% respetivamente.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração executivo da ANI em 29 de março de 2021. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

1.1. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras são preparadas com base no Decreto-Lei nº85/2016 que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei 192/2015 onde aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Doravante designado por SNC-AP).

As demonstrações financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com a legislação em vigor.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- A large signature on the left side of the page.
- Initials 'H.' at the top right.
- A signature below 'H.'.
- Initials 'ZP' below the signature.
- Initials 'OK' at the bottom right.
- A small mark at the very bottom right.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

50

As demonstrações financeiras da ANI foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ANI estão mensurados em Euro. Deste modo, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

ii) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os terrenos e edifícios e outras construções são mensurados ao custo considerado, apurado aquando da transição do normativo SNC-AP.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a ANI.

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Edifícios e outras construções	6 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

iii) Ativos intangíveis

A ANI reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a ANI e o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, a ANI, procede a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

	Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'L' and 'A', and a stylized 'OK' at the bottom right.

iv) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo considerado, apurado aquando da transição do normativo SNC para o normativo SNC-AP.

52

A ANI procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, que variam entre 3 e 20 anos.

v) Outras contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

vi) Caixa e depósitos

A caixa e depósitos englobam o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e a prazo altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'No' and other illegible marks.

vii) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A ANI tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

53

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

viii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

ix) Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

x) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

xi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do

balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados na nota 23.

2.2. Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

54

2.3. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Foi entendimento da Administração da Empresa, que o valor dos incentivos reembolsáveis à guarda da ANI, SA, no montante de 2.685.650 euros deverão ser classificados como Passivo não Corrente pelos seguintes motivos:

- Não se espera que o referido montante seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Empresa;
- O montante não é detido com a finalidade de ser negociado;
- Não se espera que seja liquidado num período até doze meses após a data de balanço (em concordância com a atividade histórica à gestão deste montante);

- Apesar de não existir um direito incondicional de diferir a liquidação do Passivo, a Administração da ANI, SA está segura que a exigência do mesmo, caso exista, será sempre programada para ocorrer fora do último Plano de Atividades do Orçamento aprovado em Assembleia Geral.

3. Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

55

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2021	2020
Caixa	861,52	861,52
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem no Tesouro	7 654 210,28	8 184 854,01
Depósitos Bancários	7 654 210,28	8 184 854,01
Total de caixa e depósitos	7 655 071,80	8 185 715,53

Estão à guarda da sociedade fundos resultantes de recebimentos da parte reembolsável dos incentivos atribuídos a promotores no âmbito de candidaturas a medidas geridas pela ANI, SA.

Em agosto de 2013, na sequência de parecer jurídico, foi decidido pelo Conselho de Administração em funções à data que parte desta verba poderia ser incluída em disponibilidades próprias na tesouraria da Empresa.

Em exercício anterior, o CA deu instruções para que a partir de 1 de outubro de 2014 essas verbas não fossem utilizadas para suprir necessidades de tesouraria, tendo ainda determinado a elaboração de uma proposta para a regularização dos saldos bancários durante o exercício de 2015.

Durante o exercício de 2015 foram repostos 250.000 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

Durante o exercício de 2016 foram repostos os restantes 3.032.297,31 euros em disponibilidades não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores.

Relatório de Gestão e Contas 2021

A 31 de dezembro de 2018 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 3.825.940,62 euros, o qual se mantém à data de 31 de dezembro de 2019.

A 31 de dezembro de 2019 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 4.071.087,85 euros.

A 31 de dezembro de 2020 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 1.354.087,85 euros, no âmbito de projetos Covid.

A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em disponibilidades, não passíveis de uso no âmbito dos incentivos reembolsáveis de Promotores, um valor de 1.453.310,08 euros.

56

4. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Goodwill			-	202 214,79	15 166,11	187 048,68
Projetos de desenvolvimento	78 327,24	78 327,24	-	78 327,24	78 327,24	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 794 958,87	1 452 134,60	342 824,27	1 950 090,34	1 690 014,73	260 075,61
Propriedade industrial e intelectual	1 695,00	353,13	1 341,87	1 695,00	522,63	1 172,37
Outros	35 608,50	35 608,50	-	35 608,50	35 608,50	-
Ativos intangíveis em curso	146 921,04	-	146 921,04	-	-	-
Total de Ativos Intangíveis	2 057 510,65	1 566 423,47	491 087,18	2 267 935,87	1 819 639,21	448 296,66

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Projetos de desenvolvimento	78 327,24	78 327,24	-	78 327,24	78 327,24	-
Programas de computador e sistemas de informação	1 488 136,04	1 225 881,86	262 254,18	1 794 958,87	1 452 134,60	342 824,27
Propriedade industrial e intelectual	1 695,00	183,63	1 511,37	1 695,00	353,13	1 341,87
Outros	35 608,50	35 608,50	-	35 608,50	35 608,50	-
Ativos intangíveis em curso	133 732,15	-	133 732,15	146 921,04	-	146 921,04
Total de Ativos Intangíveis	1 737 498,93	1 340 001,23	397 497,73	2 057 510,65	1 566 423,47	491 087,18

Relatório de Gestão e Contas 2021

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2021 estão detalhados da seguinte forma:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações			Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis					
Goodwill	-	202 214,79	-	(15 166,11)	187 048,68
Programas de computador e sistemas de informação	342 824,27	8 210,43	146 921,04	(237 880,13)	260 075,61
Propriedade industrial e intelectual	1 341,87	-	-	(169,50)	1 172,37
Outros	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	146 921,04	-	(146 921,04)	-	-
Total de Ativos Intangíveis	491 087,18	210 425,22	-	(253 215,74)	448 296,66

57

Em 2021 foi reconhecido um “Goodwill” no montante de 202 mil euros, calculado na aquisição de 59,9% do capital da Promonet. Este montante está a ser amortizado em 10 anos. (nota 7)

O detalhe de adições de ativos intangíveis no período de 2021 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS INTANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Ativos Intangíveis				
Goodwill	-	202 214,79	-	202 214,79
Programas de computador e sistemas de informação	-	8 210,43	-	8 210,43
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-
Total	-	210 425,22	-	210 425,22

Durante o exercício de 2021 não existiram diminuições de ativos intangíveis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	245 570,00	245 570,00	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	338 051,44	66 335,86	271 715,58	338 051,44	77 992,79	260 058,65
Equipamento básico	127 680,93	92 545,97	35 134,96	240 465,38	117 645,25	122 820,33
Equipamento de transporte	101 355,49	101 355,49	-	101 355,49	101 355,49	-
Equipamento administrativo	1 485 194,53	1 408 429,88	76 764,65	1 491 086,97	1 441 221,73	49 865,24
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	199 844,43	195 783,99	4 060,44	199 844,43	197 169,76	2 674,67
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Sub-total	2 497 696,82	1 864 451,19	633 245,63	2 616 373,91	1 935 385,02	680 988,89
Total de Ativos Fixos Tangíveis	2 497 696,82	1 864 451,19	633 245,63	2 616 373,91	1 935 385,02	680 988,89

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Depreciações do período	Quantia escriturada final
		Adições	Abates		
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	199 959,15	83 413,38	-	(11 656,95)	271 715,58
Equipamento básico	9 653,57	33 691,68	-	(8 210,29)	35 134,96
Equipamento de transporte	-	-	(69 974,51)	69 974,51	-
Equipamento administrativo	102 227,22	12 719,24	(107 296,61)	69 114,80	76 764,65
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros	1 401,79	3 800,40	(433,00)	(708,73)	4 060,44
Ativos fixos tangíveis em curso	19 843,59	(19 843,59)	-	-	-
Sub-total	578 655,32	113 781,11	(177 704,12)	118 513,32	633 245,63
Total de Ativos Fixos Tangíveis	578 655,32	113 781,11	(177 704,12)	118 513,32	633 245,63

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2021 estão detalhados da seguinte forma:

Valores expressos em Euros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Depreciações do período	Quantia escriturada final
		Adições	Abates		
Outros ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	245 570,00	-	-	-	245 570,00
Edifícios e outras construções	271 715,58	-	-	11 656,93	260 058,65
Equipamento básico	35 134,96	112 784,65	-	25 099,28	122 820,33
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	76 764,65	5 892,44	-	32 791,85	49 865,24
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-
Outros	4 060,44	-	-	1 385,77	2 674,67
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-
Sub-total	633 245,63	118 677,09	-	70 933,83	680 988,89
Total de Ativos Fixos Tangíveis	633 245,63	118 677,09	-	70 933,83	680 988,89

Relatório de Gestão e Contas 2021

O detalhe de adições de ativos fixos tangíveis no período de 2021 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições				TOTAL
	Internas	Compra	Cessão	Locação financeira	
Outros ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	-	112 784,65	-	-	112 784,65
Equipamento administrativo	-	5 892,44	-	-	5 892,44
Outros	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-
Sub-total	-	118 677,09	-	-	118 677,09
Total	-	118 677,09	-	-	118 677,09

59

6. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade da Empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2021	2020
Ativo bruto		
Saldo inicial	1 252 940,00	1 252 940,00
Saldo final	1 252 940,00	1 252 940,00
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	129 614,47	97 210,85
Depreciações do período	32 403,63	32 403,62
Outras alterações	-	-
Saldo final	162 018,10	129 614,47
Ativo líquido	1 090 921,90	1 123 325,53

A Propriedade de Investimento situa-se em Lisboa, na Avenida dos Combatentes nº10, Frações C e D e respetivos parqueamentos.

A referida propriedade de Investimento, no momento de transição de SNC para SNC-AP foi revalorizada, utilizando-se a isenção prevista no nº10 b) da NCRF nº3. Foi utilizada como base para aferir o Justo Valor uma avaliação efetuada em 15 de janeiro de 2010 elaborada pela empresa "Value Thinking - Avaliação e Consultoria Imobiliária, Lda" que se encontra registada na CMVM como "perito avaliador de Imóveis de Fundos de Investimento Imobiliário".

O valor de mercado do referido imóvel foi apurado com base nas “Rendas de Mercado”. O Conselho de Administração considera adequado o Justo Valor a 31 de dezembro 2020 face ao valor líquido do ativo.

A 31-12-2012 foi promovida uma nova avaliação da propriedade de Investimento acima referida efetuada pelos mesmos peritos, tendo-se assistido a uma desvalorização de 218.319,55 sobre o valor líquido escriturado até à data daquela avaliação.

A 31-12-2014 foi efetuada pela “Value Thinking” uma nova avaliação da Propriedade de Investimento detida pela ANI, SA, tendo-se verificado uma desvalorização de 15.222,20 euros face ao valor líquido escriturado até à data desta avaliação.

A 31-12-2016 foi promovida pelos mesmos peritos uma nova avaliação da Propriedade de Investimento acima mencionada, tendo-se assistido a uma valorização de 174.590,10 euros comparativamente ao valor líquido escriturado até à data da referida avaliação.

A Propriedade de Investimento encontra-se mensurada ao custo considerado no momento da transição do normativo SNC para SNC-AP e que a Administração considera que o justo valor é adequado ao seu valor contabilístico.

7. Participações Financeiras

A rubrica de Participações Financeiras, em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Sede	31 de Dezembro 2021					saldo a 31.12.2021
		Capitais Próprios 31.12.2021	% participação	Partes de capital	MEP	Outras variações	
Investimentos em empresas subsidiárias							
Agência Portuguesa do Espaço	-	-	-	100 000,00	-	-	100 000,00
Promonet - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnol.	Porto	1 484 876,83	59,9%	889 441,22	0,00	0,00	1 091 656,01
				989 441,22	0,00	0,00	1 191 656,01

O movimento ocorrido em 2021 apresenta-se conforme segue:

Partes de capital	saldo em	Aquisições	Variações nos	variação nos	saldo em
	01.01.2021	15.04.2021	Resultados	Capitais Próprios	31.12.2021
Agência Portuguesa do Espaço	100 000,00	-	-	-	100 000,00
Promonet - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnol.	-	797 785,21	109 371,41	-17 715,40	889 441,22
	0,00	797 785,21	109 371,41	-17 715,40	989 441,22

Em 15 de abril de 2021, foi concretizada a aquisição por parte da ANI de 360.710 unidades de participação escriturais e nominativas representativas de uma quota indivisível no património da PROMONET

Relatório de Gestão e Contas 2021

Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnologias. O preço global desta aquisição ascendeu a 1 milhão de euros.

A aquisição da participação na Promonet, originou o reconhecimento de um “goodwill” no montante de 202.214,79 euros, tendo sido apurado conforme segue:

Goodwill	Valor inicial	Amortizações Acumuladas Exerc. Anteriores	Amortizações do Exercício	Amortizações acumuladas 31-Dez-21	Saldo em 31-Dez-21
Promonet - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnol.	202 214,79	-	15 166,11	15 166,11	187 048,68
	202 214,79	0,00	15 166,11	15 166,11	187 048,68

61

Calculo do Goodwill	Capital Proprio 31.12.2020	% Capital	Capital Proprio detido	Valor de aquisição	Goodwill
Promonet - Associação Promotora de Novas Empresas e Tecnol.	1 331 861,78	59,9%	797 785,21	1 000 000,00	202 214,79

Em 2021 foi reconhecido no valor da participação o montante apropriado dos resultados de 2021 da participada conforme calculo abaixo:

PROMONET		2021
Capital Associativo	(a)	602 185
% de Participação da ANI no Capital Associativo	(b)	59,9%
Capital detido pela ANI	(c) = (a x b)	360 710
Resultado Líquido	(d)	182 590,00 €
Aplicação do Método de Equivalencia Patrimonial	(e) = (b x d)	109 371,41

O valor referente à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial está registado em Outros Rendimentos e Ganhos, conforme detalhe apresentado na Nota 18.

8. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

Relatório de Gestão e Contas 2021

são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Direção da ANI entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020 detalham-se da seguinte forma:

	Euros			
	2021		2020	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC				
Retenções Efetuadas por Terceiros	17 521,66		23 799,38	
Imposto Estimado		122 266,68		36 243,90
Impostos s/ rendimento -IRS		72 392,00		49 802,10
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	60 308,75	-	17 856,30
Contribuições p/segurança social		86 618,90		72 407,30
Outras Tributações		1 143,68		1 050,83
Total de Estado e Outros Entes Públicos	17 521,66	342 730,01	23 799,38	177 360,43

62

9. Devedores por empréstimos, bonificações e subsídios reembolsáveis

Na sequência da RCM 24/2020, foi lançado o concurso INOV4COVID para apoio (reembolsável) a projetos de tecnologias inovadoras destinadas a mitigar o COVID-19. Esta iniciativa foi financiada com verbas de reembolsos do Quadro Comunitário de Apoio III ao cuidado da ANI.

A 31 de dezembro de 2021, o detalhe de devedores por empréstimos, bonificações e subsídios reembolsáveis era o seguinte:

Entidade	2021
CEiiA - Centro de Engenharia e Desenvolvimento	2 600 000,00 €
IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	73 000,00 €
Total	2 673 000,00 €

O final da vigência dos contratos de financiamento ocorre em junho de 2023.

10. Outras contas a receber

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica outras contas a receber era o seguinte:

	2021	2020
	Corrente	Corrente
Programas de financiamento	2 310 893,34	5 439 438,34
Despesas não submetidas a pedido	3 005 560,77	606 961,20
Projetos Comunitários	-	-
Acréscimos de rendimentos	65 946,69	-
Outros	112 781,47	320 807,22
Outros devedores	5 495 182,27	6 367 206,76
Outros créditos a receber	5 495 182,27	6 367 206,76

63

Nesta rubrica, encontra-se registada uma imparidade no valor de 274.442,53 € relativamente a valores a receber da Motoravia no montante de 12.208,57€, da INAMOL no montante de 207.791,43€, tendo sido em 2020 reforçado o valor em 42.233,96 €, referente ao valor a receber da Pronefro. As imparidades estão relacionadas com valores a receber de promotores à guarda da ANI.

O acréscimo de rendimentos registado, refere-se ao acréscimo de rendas no âmbito da conclusão do processo de renegociação das condições contratuais do arrendamento à Clínica Maló, S.A., da fracção detida pela ANI no Edifício Green Park, nos primeiros meses de 2022. As celebrações do novo contrato de arrendamento pressupõem a liquidação integral do valor em dívida relativo ao período compreendido entre março de 2021 e fevereiro de 2022.

Relativamente aos programas de financiamento de projetos nacionais e comunitários, a 31 de dezembro de 2021, os mesmos apresentam a seguinte decomposição:

Relatório de Gestão e Contas 2021

	Despesas	Recebimentos	Total
Projetos Nacionais			
POCI	4 582 588,37	2 029 800,20	2 552 788,17
POCI SAMA	3 556 763,77	2 505 168,83	1 051 594,94
POCI SIAC	1 694 614,64	1 538 927,58	155 687,06
Alentejo 2020	105 835,41	30 547,01	75 288,40
Algarve 2020	73 471,48	43 089,23	30 382,25
Centro 2020	570 121,20	272 241,10	297 880,10
Lisboa 2020	491 384,57	262 846,70	228 537,87
Norte 2020	1 123 986,73	377 486,49	746 500,24
POAT 2020	163 991,42	84 746,70	79 244,72
Total Projetos Nacionais	12 362 757,59	7 144 853,84	5 217 903,75
Projetos Comunitários			
INTERREG EUROPE	484 095,55	482 265,36	1 830,19
INTERREG SUDOE	91 968,84	72 433,33	19 535,51
H2020	699 396,09	873 384,06	173 987,97
ERASMUS +	32 716,00	32 716,00	-
INTERREG ESPAÑA-PORTUGAL	82 991,74	86 646,66	3 654,92
Total Projetos Comunitários	1 391 168,22	1 547 445,41	- 156 277,18
Outros créditos a receber	13 753 925,81	8 692 299,25	5 061 626,57

64

11. Diferimentos

A rubrica de diferimentos no Ativo e Passivo, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Euros	
	2021	2020
Outros gastos a reconhecer	62 047,26	52 188,07
Total de diferimentos - Ativo	62 047,26	52 188,07

A rubrica de "Outros gastos a reconhecer" dizem respeito a pagamentos de serviços da atividade corrente, seguros e quotas, realizados em 2021, mas que os gastos dizem respeito ao exercício de 2022 pelo montante de 59.845,58€ e ao exercício de 2023 pelo montante de 2.201,68€.

12. Património/Capital

Em 31 de dezembro de 2021, o Património líquido da ANI, encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Euros 2021		
	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Património/ Capital	5 176 376,50	-	5 176 376,50
Reservas			
Reservas legais	207 609,53	4 742,25	212 351,78
Outras Reservas		-	-
Resultados transitados	(1 139 969,88)	24 690,86	(1 115 279,02)
Ajuntamentos em ativos financeiros		(17 715,40)	(17 715,40)
Outras variações no Património Líquido	358 898,40	(18 343,98)	340 554,42
Resultado líquido do período			
Ano 2020	94 844,94	(94 844,94)	-
Ano 2021	-	506 758,07	506 758,07
Total do Património/Capital	4 697 759,49	405 286,86	5 103 046,35

65

O capital social da ANI (5.176.376,50 Euros), encontra-se integralmente subscrito e realizado.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	% Detenção	Montante
Fundação para a Ciência e Tecnologia	50%	2,588,188.25
LAPMEI	50%	2,588,188.25
Capital Social		5,176,376.50

De acordo com os artigos 218º, 295º e 296º do Código das Sociedades Comerciais, a reserva legal é reforçada, no mínimo, em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível em numerário, podendo, contudo, ser incorporada no capital social ou utilizada para cobertura de eventuais prejuízos. Esta reserva ainda não se encontra totalmente constituída.

O saldo da rubrica Outras variações no Património Líquido, diz respeito à aquisição de ativos fixos, adquiridos no decorrer do exercício, e anteriores, com recurso a fundos que foram transferidos pelas entidades responsáveis pelo financiamento da ANI.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Relatório de Gestão e Contas 2021

13. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada da seguinte forma:

	Euros	
	2021	2020
	Corrente	Corrente
Fornecedores nacionais	31 421,84	14 356,68
Total de fornecedores	31 421,84	14 356,68

66

14. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos de outras contas a pagar detalham-se da seguinte forma:

	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Promotores	-	1 354 087,85	-	1 354 087,85
Saldos de Gerência	2 673 000,00	7 504 145,73	2 750 000,00	8 792 248,03
EUROSTARS	-	1 580 879,80	-	1 056 800,09
Projetos Comunitários	-	-	-	159 953,41
Outros	12 650,00	-	8 250,00	5 034,79
Outros credores	2 685 650,00	10 439 113,38	2 758 250,00	11 368 124,17
Pessoal Outros	-	1 273,54	-	2 827,17
Pessoal	-	1 273,54	-	2 827,17
Férias e Sub.Férias	-	476 273,40	-	459 621,88
Rendas	-	-	-	-
Outros	-	27 624,30	-	67 053,70
Acréscimos de gastos	-	503 897,70	-	526 675,58
Outras contas a pagar	2 685 650,00	10 944 284,62	2 758 250,00	11 897 626,92

O valor evidenciado na rubrica "Promotores", a 31 de dezembro de 2021, encontra-se à guarda da ANI, S.A. Este saldo totaliza o montante recebido proveniente dos promotores apoiados pela Empresa, enquanto entidade financiadora, na componente reembolsável do subsídio atribuído.

15. Prestação de Serviços, e transferências correntes e subsídios à exploração obtidos

No decorrer do ano de 2021, foram prestados serviços de consultoria a clientes, nomeadamente com a intervenção na elaboração de estudos, pareceres e projetos de consultoria no âmbito de colaboração ao AICEP e FITEC. O montante reconhecido ascendeu a cerca de 233 mil euros.

67

A rubrica de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	2021		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	436 608,23	-	297 326,49
Subsídios relacionados com ativos	436 608,23	-	297 326,49
Do Estado e outros Entes Públicos	-	6 463 426,14	-
Subsídios relacionados com resultados	-	6 463 426,14	-
Subsídios	436 608,23	6 463 426,14	297 326,49

	2020		
	Balanço	Demonstrações dos Resultados	
		Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos
Ativos	460 126,16	-	273 956,09
Subsídios relacionados com ativos	460 126,16	-	273 956,09
Do Estado e outros Entes Públicos	-	6 044 432,70	-
Subsídios relacionados com resultados	-	6 044 432,70	-
Subsídios	460 126,16	6 044 432,70	273 956,09

16. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é como se segue:

	Euros	
	2021	2020
Trabalhos especializados	910 387,18	959 298,62
Publicidade, comunicação e imagem	204 850,53	187 121,75
Vigilância e segurança	36 975,68	27 008,74
Honorários	177 809,23	233 353,18
Comissões	-	-
Conservação e reparação	68 359,04	77 306,15
Outros serviços especializados	24 370,46	108 691,97
Serviços especializados	1 422 752,12	1 592 780,41
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11 488,07	6 952,31
Material de escritório	8 130,25	2 235,99
Artigos para oferta	1 652,96	1 186,20
Livros e documentação técnica	6,60	229,60
Outros	14 242,84	245,80
Materiais de consumo	35 520,72	10 849,90
Eletricidade	447,69	7 61,88
Combustíveis e lubrificantes	12 753,09	5 283,05
Água	236,94	227,51
Energia e fluidos	13 437,72	6 272,44
Deslocações e estadas	125 327,13	62 483,91
Outros	8 296,85	2 978,10
Deslocações, estadas e transportes	133 623,98	65 462,01
Rendas e alugueres	573 599,13	493 659,97
Comunicação	41 397,85	51 070,77
Seguros	3 665,65	3 722,71
Contencioso e notariado	477,50	1 465,53
Despesas de representação dos serviços	316,60	1 399,90
Limpeza, higiene e conforto	29 749,35	29 962,16
Outros serviços	83 355,11	157 279,79
Serviços diversos	732 561,19	738 560,83
Total de fornecimentos e serviços externos	2 337 895,73	2 413 925,59

17. Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	269 916,69	221 447,01
Remunerações do pessoal	2 830 441,41	2 580 388,51
Encargos sobre remunerações	704 445,36	629 733,01
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	15 851,26	18 391,04
Outros gastos com o pessoal	42 689,11	13 584,38
Outros encargos sociais	51 059,00	49 365,29
Total de gastos com pessoal	3 914 402,83	3 512 909,24

69

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número médio de empregados ao serviço da Empresa ascendeu a 92 e 90, respetivamente.

Em 2021 não foram incorridos gastos com indemnizações aos colaboradores.

18. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe dos rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Ganhos em Propriedades de Investimento	91 909,59	103 807,68
Imputação de subsídios para investimentos	297 326,49	273 956,09
Aplicação do método da equivalência patrimonial	109 371,41	-
Outros não especificados	1 339,24	14 967,70
Total de outros rendimentos e ganhos	499 946,73	392 731,47

19. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2021	2020
Impostos diretos	-	41 238,86
Dívidas Incobráveis	79 654,07	-
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-
Impostos indiretos	5 074,12	5 095,42
Quotizações	58 000,00	97 000,00
Outros	11 559,63	-
Outros não especificados	-	2 569,10
Total de outros gastos e perdas	154 287,82	145 903,38

70

No decorrer do ano de 2021 foi decretada pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa insolvência da sociedade PSMC Imobiliária, Lda. Com base nesta sentença foi reconhecida uma perda e consequentemente considerado como incobrável o saldo existente em nome daquela entidade no montante de 79.654,07 euros.

20. Provisões

O movimento desta rubrica durante o período de 2021 encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Valores expressos em Euros		Quantia escriturada final
		Aumentos	Diminuições	
		Total aumentos	Total diminuições	
Processos judiciais em curso	121 756,37	-	(121 756,37)	-
Total das provisões	121 756,37	-	(121 756,37)	-

A ANI tinha instaurado contra si três processos litigiosos de âmbito laboral, cujos valores totais das respetivas ações totalizavam 121.756,37€. A reversão da provisão constituída em 2020, foi motivada pelo facto de que, à data do encerramento de contas do exercício de 2021, eram já conhecidos os resultados de todos os processos, não tendo havido lugar a qualquer contingência financeira.

21. Imposto do exercício

À Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), a taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, tendo sido incrementada pela derrama municipal à taxa reduzida de 1%, resultando numa taxa de imposto agregada, máxima, de 22%.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

71

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

	Euros	
	2021	2020
Resultado antes de imposto	554 321,45	89 169,44
Resultado antes de imposto	554 321,45	89 169,44
Gastos não aceites Proveitos deduzidos e outros	47 245,78 (109 837,21)	111 981,55 (83 660,05)
Total dos acertos fiscais	(62 591,43)	28 321,50
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	491 730,02	117 490,94
Prejuízos fiscais deduzíveis	-	-
Matéria coletável	491 730,02	117 490,94
Coleta (21%)	103 263,30	24 673,10
Derrama (1%)	4 917,31	1 174,90
Tributação Autónoma	14 086,07	10 395,90
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(74 703,30)	(41 919,40)
Imposto sobre o rendimento do período	47 563,38	(5 675,50)

22. Outros ativos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, de adesão obrigatória de capitalização individual e financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos por este regime (em vigor após 1 de outubro de 2013) venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

72

A 31 de Dezembro de 2021 a ANI dispunha de 56.365 unidades de participação dos fundos de compensação, correspondendo ao valor financeiro de 58.514,60€.

23. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição da rubrica de clientes, é como se segue:

	2021	2020
	Corrente	Corrente
Clientes nacionais	10 232,82	59 846,70
Clientes	10 232,82	59 846,70

No decorrer do ano de 2021 foi efetuado o “write-off” de um saldo no montante de 79.654,05 euros referente a uma dívida da Sociedade PSMC Imobiliária, após o conhecimento da situação de insolvência daquela entidade. (nota 19)

24. Passivos e Ativos por impostos diferidos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresenta passivos por impostos diferidos no montante de 134.463,63 Euros (139.637,58 Euros em 2020), gerados por subsídios de ativos

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresenta ativos por impostos diferidos no montante de 60.377,37 Euros (51.085,90 Euros em 2020), gerados por perdas de imparidade.

25. Eventos subsequentes

A recente invasão da Ucrânia pela Rússia e as consequentes retaliações, perturbações das cadeias logísticas, aumento do custo das matérias primas e o geral impacto económico, podem provocar impactos na atividade económica portuguesa, que convém acautelar / considerar. A ANI não tem qualquer exposição direta à Ucrânia ou à Rússia, e até ao momento não sente qualquer impacto negativo desta situação na sua atividade.

73

26. Divulgações de partes relacionadas

Durante o ano de 2021 as remunerações do Órgão de Gestão ascenderam a 269.916,69 euros.

A ANI tem como partes relacionadas os seus acionistas.

No quadro seguinte apresentam-se os principais montantes de 2021 das transações relevantes com partes relacionadas (valores em euros):

Entidade	Prestação de Serviços	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com Pessoal	Outos proveitos e ganhos operacionais	Total
IAPMEI	0,00	(235 467,29)	-	2 000 000,00	1 764 532,71
FCT	0,00	-	-	3 049 993,97	3 049 993,97
Total de transações	0,00	(235 467,29)	-	5 049 993,97	4 814 526,68

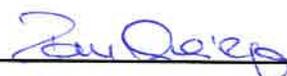
Todas as transações acima identificadas estão tituladas por contrato ou deliberação do órgão de administração ou da Assembleia Geral. Não existem transações com partes relacionadas com titulares de órgãos sociais, para além das remunerações por estes auferidas, igualmente tituladas por contrato ou deliberação do órgão de administração ou da Assembleia Geral.

A ANI não tem qualquer participação no capital de outras entidades.

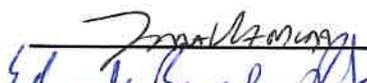
Em 2021 não ocorreram negócios entre a entidade e o pessoal-chave de gestão, vedados pelo artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, designadamente:

- Não foram realizados adiantamentos ao pessoal-chave de gestão;
- Não foram concedidos empréstimos.

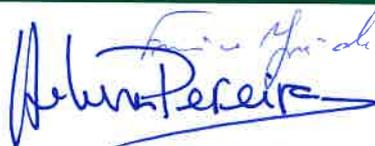
O Contabilista Certificado



A Administração



ANI - Agência Nacional de Inovação



15. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL - RECEITA

Valores expressos em reais e valores expressos em euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	FUNDOS ALHEIOS				
	Saldo de gerência anterior	1 354 087,85	3 993 827,99	2 574 345,93	0,00	0,00	7 922 261,77	9 731 250,52	
	Operações orçamentais (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita corrente								
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	Transferências e Subsídios Correntes	197 359,65	2 000 000,00	1 104 511,25	0,00	0,00	3 301 870,90	5 936 898,02	
R5.1	Transferências Correntes	197 359,65	2 000 000,00	1 104 511,25	0,00	0,00	3 301 870,90	5 936 898,02	
R5.1.1	Administrações Públicas	197 359,65	2 000 000,00	1 104 511,25	0,00	0,00	2 197 359,65	2 545 175,95	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545 175,95	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 000 000,00	
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.3	Outras	197 359,65	0,00	1 104 511,25	0,00	0,00	1 301 870,90	3 391 722,07	
R6	Venda de bens e serviços	79 628,69	0,00	0,00	0,00	0,00	79 628,69	-31 589,57	
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Receita de Capital								
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	3 289 993,97	0,00	0,00	0,00	3 289 993,97	2 000 000,00	
R9.1	Transferências de Capital	0,00	3 289 993,97	0,00	0,00	0,00	3 289 993,97	2 000 000,00	
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	3 289 993,97	0,00	0,00	0,00	3 289 993,97	2 000 000,00	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	240 000,00	0,00	0,00	0,00	240 000,00	0,00	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	3 049 993,97	0,00	0,00	0,00	3 049 993,97	2 000 000,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 308,00	206,81	
	Receita efetiva (2)	278 296,34	5 289 993,97	1 104 511,25	0,00	0,00	6 672 801,56	7 905 515,26	
R12	Receita não efetiva (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Soma (4)=[1]+[2]+[3]	1 632 384,19	9 283 821,96	3 678 857,18	0,00	0,00	14 595 063,33	17 636 765,78	
	Recebimentos de operações de tesouraria (B)	0,00	0,00	0,00	881 420,63	0,00	881 420,63	822 114,20	

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

Relatório de Gestão e Contas 2021

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL- DESPESA

Valores expressos em euros

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	FUNDOS ALHEIOS			
D1	Despesa corrente						3 861 868,88	3 493 370,93
D1.1	Despesas com o pessoal	0,00	2 529 895,10	1 331 973,78	0,00	0,00	3 100 831,62	2 788 508,78
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	2 062 829,82	1 038 001,80	0,00	0,00	8 242,78	9 470,74
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	8 242,78	0,00	0,00	0,00	752 794,48	695 391,41
D2	Segurança social	0,00	458 822,50	293 971,98	0,00	0,00	2 542 532,72	3 099 364,46
D3	Aquisição de bens e serviços	16 451,25	1 373 337,71	1 152 743,76	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Transferências e Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras despesas correntes	0,00	25 237,45	0,00	0,00	0,00	25 237,45	23 566,37
D7	Despesa de Capital							
D8	Investimento	0,00	164 481,38	9 679,35	0,00	0,00	174 160,73	381 202,25
D8.1	Transferências e subsídios de capital	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000 000,00	0,00
D9	Transferências de capital	1 000 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 000 000,00	0,00
	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa efetiva [5]	1 016 451,25	4 092 951,64	2 494 396,89	0,00	0,00	7 603 799,78	6 997 504,01
D11	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 717 000,00
	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 717 000,00
	Despesa com passivo financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	1 016 451,25	4 092 951,64	2 494 396,89	0,00	0,00	7 603 799,78	9 714 504,01
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	477 455,72	0,00	0,00	477 455,72	558 660,44
	Saldos para gerência seguinte							0,00
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	615 932,94	5 190 870,32	1 184 460,29	0,00	0,00	6 991 263,55	7 922 261,77
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	403 964,91	0,00	403 964,91	263 453,76
	Saldo global [2]-[5]	-738 154,91	1 197 042,33	-1 389 885,64	0,00	0,00	-930 998,22	908 011,25
	Despesa primária	1 016 451,25	4 092 951,64	2 494 396,89	0,00	0,00	7 603 799,78	6 997 504,01
	Saldo corrente	260 537,09	-1 928 470,26	-1 380 206,29	0,00	0,00	-3 048 139,46	-710 993,31
	Saldo de capital	-998 692,00	3 125 512,59	-9 679,35	0,00	0,00	2 117 141,24	1 619 004,56
	Saldo primário	-738 154,91	1 197 042,33	-1 389 885,64	0,00	0,00	-930 998,22	908 011,25
	Receta total [1]+[2]+[3]	1 632 384,19	9 283 821,96	3 678 857,18	0,00	0,00	14 595 063,33	17 636 765,78
	Despesa total [5]+[6]	1 016 451,25	4 092 951,64	2 494 396,89	0,00	0,00	7 603 799,78	9 714 504,01

As notas constituem parte integrante das demonstrações orçamentais existentes supra.

Relatório de Gestão e Contas 2021

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Valores expressos em euros

RUBRICA	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidções anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	
	Receita corrente											
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e Subsídios Correntes	8 681 741,87	0,00	6 183 628,92	0,00	3 301 870,90	0,00	0,00	3 301 870,90	3 301 870,90	0,00	0,00
R5.1	Transferências Correntes	8 681 741,87	0,00	6 183 628,92	0,00	3 301 870,90	0,00	0,00	3 301 870,90	3 301 870,90	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	0,00	2 000 000,00	0,00	0,00	2 000 000,00	2 000 000,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - UE	6 681 741,87	0,00	4 183 628,92	0,00	1 301 870,90	0,00	0,00	1 301 870,90	1 301 870,90	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	79 628,69	0,00	79 628,69	0,00	79 628,69	0,00	0,00	79 628,69	79 628,69	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	108 205,44	0,00	108 205,44	81 154,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital											
R8	Venda de bens de investimento	1 200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e Subsídios de capital	3 990 000,00	0,00	3 289 993,97	0,00	3 289 993,97	0,00	0,00	3 289 993,97	3 289 993,97	0,00	0,00
R9.1	Transferências de Capital	3 990 000,00	0,00	3 289 993,97	0,00	3 289 993,97	0,00	0,00	3 289 993,97	3 289 993,97	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	240 000,00	0,00	240 000,00	0,00	240 000,00	0,00	0,00	240 000,00	240 000,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	3 750 000,00	0,00	3 049 993,97	0,00	3 049 993,97	0,00	0,00	3 049 993,97	3 049 993,97	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposições não obtidas aos pagamentos	1 500,00	0,00	1 306,00	0,00	1 306,00	0,00	0,00	1 306,00	1 306,00	0,00	0,00
	Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	7 922 261,77	-	7 922 261,77	-	7 922 261,77	0,00	0,00	7 922 261,77	7 922 261,77	0,00	0,00
	Total	21 983 337,77	0,00	17 585 026,79	81 154,09	14 595 063,33	0,00	0,00	14 595 063,33	14 595 063,33	0,00	0,00

Relatório de Gestão e Contas 2021

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Valores expressos em reais

RUBRICA	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos/descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar
							Períodos anteriores	Período corrente		
Despesa corrente										
D1	Despesas com o pessoal	0,00	4 933 096,00	0,00	4 780 796,51	4 014 551,21	0,00	3 861 868,88	766 245,30	15 682,33
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	3 870 225,00	0,00	3 831 183,73	3 191 743,83	0,00	3 100 831,62	639 439,90	9 912,21
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	70 620,00	0,00	8 457,44	8 457,44	0,00	8 242,78	0,00	214,66
D1.3	Segurança social	0,00	992 251,00	0,00	941 155,34	814 349,94	0,00	752 794,48	126 805,40	6 155,46
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	5 506 505,00	20 711,20	3 253 180,22	2 534 679,89	0,00	2 542 532,72	668 500,33	4 147,17
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	62 683,00	27 483,20	25 949,99	25 237,45	0,00	25 237,45	712,54	0,00
Despesa de Capital										
D7	Investimento	0,00	224 936,00	0,00	180 153,69	176 780,47	0,00	174 169,73	7 363,22	629,74
D8	Transferências e subsídios de capital	0,00	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	0,00	0,00
D8.1	Transferências de capital	0,00	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	1 000 000,00	0,00	1 000 000,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Despesa com passivo financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	11 727 220,00	48 194,00	9 244 080,41	7 801 259,02	0,00	7 603 799,78	0,00	0,00

77

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO PPI

Valores expressos em reais

Número do Projeto	Designação do projeto	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento		Datas		Montante Previsto			Montante Executado		Nível de execução financeira	
			Fonte de Financiamento	Início	Fim	Ano 2021	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano 2021	Total	financeira anual (%)	financeira global (%)
						[12]	[13]	[14] = [12] + [13]	[15]	[16]	[17] = [15] + [16]	[18]	[19]
201901	Aquisição de equipamento informático	07 01 07	359	01/01/2021	31/12/2022	111 200,00	-	111 200,00	0,00	109 713,49	109 713,49	99%	99%
201902	Aquisição de software informático	07 01 08	359	01/01/2021	31/12/2022	62 736,00	-	62 736,00	0,00	54 767,89	54 767,89	87%	87%
201903	Aquisição de equipamento básico	07 01 10	359	01/01/2021	31/12/2022	2 000,00	-	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
201904	Aquisição de equipamento informático	07 01 07	441	02/01/2021	31/12/2022	5 000,00	-	5 000,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
201904	Aquisição de software informático	07 01 08	441	03/01/2021	31/12/2022	40 000,00	-	40 000,00	0,00	9 525,30	9 525,30	24%	24%
201925	Aquisição de equipamento administrativo	07 01 09	441	01/01/2021	31/12/2022	4 000,00	-	4 000,00	0,00	154,05	154,05	4%	4%
Total						224 936,00	-	224 936,00	-	174 160,73	174 160,73		

78

16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

2021		Receita					Valores expressos em euros	Observações
Rubricas	Tipo	Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais			
R5.1.2	P	2 114 836	-	502 246	-	1 612 590		
R5.1.2		3 601 147	-	-	-	3 601 147		
R5.1.2	P	422 169	502 246	-	-	924 415		
R5.1.2		288 924	-	-	-	288 924		
R5.1.2	P	315 000	-	60 334	-	254 666		
R5.1.1.2		2 000 000	-	-	-	2 000 000		
R6	P	45 000	34 629	-	-	79 629		
R7	P	84 000	24 205	-	-	108 205		
R8		1 200 000	-	-	-	1 200 000		
R9.1.1.1		240 000	-	-	-	240 000		
R9.1.1.2		3 750 000	-	-	-	3 750 000		
R11	P	0	1 500	-	-	1 500		
R14		0	2 553 852	2 553 852	-	0		
R14	M	0	3 073 072	-	-	3 073 072		
R14	M	0	920 756	-	-	920 756		
R14	M	0	2 787 864	213 519	-	2 574 346		
R14	M	0	3 056 656	1 702 568	-	1 354 088		
Total		14 061 076	12 954 781	5 032 519	-	21 983 338		

79

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

2021		Despesas					Valores expressos em euros	Observações
Rubricas	Tipo	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais			
D1.1		3 870 225	-	-	-	3 870 225		
D1.2		70 620	-	-	-	70 620		
D1.3		992 251	-	-	-	992 251		
D2		11 000	-	-	-	11 000		
D2	P	2 281 334	175 351	175 351	-	2 281 334		
D2		25 000	-	-	-	25 000		
D2		1 673 908	-	-	-	1 673 908		
D2	P	1 125 068	96 369	96 369	-	1 125 068		
D2	P	83 500	59 000	59 000	-	83 500		
D2		234 850	-	-	-	234 850		
D2		71 845	-	-	-	71 845		
D6		35 200	-	-	-	35 200		
D6		27 483	-	-	-	27 483		
D7	P	175 936	36 000	36 000	-	175 936		
D7		49 000	-	-	-	49 000		
D8.1		1 000 000	-	-	-	1 000 000		
Total		11 727 220	366 720	366 720	-	11 727 220		

Relatório de Gestão e Contas 2021

TRANSFERÊNCIA E SUBSÍDIOS

2021		Valores expressos em euros						
Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita Recebida	Receitas previstas não recebidas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
Transferências correntes								
Administração Central-Estado	Orçamento Estado	Financiamento	Sec.ME IAPMEI	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	
Administração Central-Outras Entidades				2.000.000,00	2.000.000,00			
Total de transferências correntes				2.240.000,00	2.240.000,00			
Transferências de capital								
Administração Central-Outras Entidades	Orçamento Estado	Financiamento	FCT	3.750.000,00	3.049.993,97	700.006,03	0,00	
Total de transferências capital								
Subsídios								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Subsídios								

80

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso Público		Concurso Limitado por preço		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste Direto		Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)		
Empitada de obras públicas												
Aquisição de serviços	4	777.613,50 €							8	109.618,47 €	12	837.232,01 €
Locação ou aquisição de bens móveis	1	8.551,88							2	21.990,79 €	3	106.723,87 €
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

NOTA: Somente foram considerados procedimentos de contratação com preços contratuais superiores a 5.000€.

DÍVIDAS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Descrição	Dívida Vincenda		Intervalos de antiguidade da dívida vencida (em dias) (C)				Exceções (D)	Pagamentos em atraso (E) = (2) + (3) + (4) - (D)	Total de dívida por natureza da despesa		
	Curto Prazo (A)	Médio / Longo Prazo (B)	< 90 (1)	[90 - 180] (2)	[180 - 365] (3)	> 365 (4)			Curto Prazo (F) = (A) + (C)	Médio / Longo Prazo (G) = (B)	Soma (H) = (F) + (G)
Despesas Correntes	142.682,33		42.147,17					194.829,50		194.829,50	
Despesas com Pessoal	152.682,33							152.682,33		152.682,33	
Remunerações Certas e Permanentes	90.912,21							90.912,21		90.912,21	
Abonos Variáveis ou Eventuais	214,66							214,66		214,66	
Segurança Social das quais:	61.555,46							61.555,46		61.555,46	
Encargos com a Saúde	-							-		-	
APL e outros da AP	-							-		-	
Outros sectores fora da AP	-							-		-	
Contribuições de segurança social	61.555,46							61.555,46		61.555,46	
CSA	-							-		-	
Segurança Social - Regime Geral	61.555,46							61.555,46		61.555,46	
Outras	-							-		-	
Outras	-							-		-	
Aquisições de Bens e Serviços			42.147,17							42.147,17	
Subsídios											
Outras Despesas Correntes											
Despesas de Capital	2.629,74							2.629,74		2.629,74	
Aquisições de Bens de Capital	2.629,74							2.629,74		2.629,74	
Outras despesas de Capital											
Soma	145.312,07		42.147,17					197.459,24		197.459,24	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'H' and other illegible marks.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

O total da receita do ano cobrada pela ANI ascendeu a 14.595.063€, representando um grau de execução de 66%.

As receitas próprias representam 11% do total da receita cobrada líquida, as receitas gerais 64% e as receitas de financiamentos europeus assumem um peso de 25%.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da receita, reunindo os valores do orçamento inicial, do orçamento corrigido e da receita cobrada líquida.

2021		Valores expressos em euros					
Orçamento por Fonte Financiamento	Orçamento Inicial	Peso relativo por FF	Orçamento Corrigido	Peso relativo por FF	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo por FF	Grau de Execução
	1		2		3		4 = 3/2
Financiamento União Europeia	6 681 742	48%	9 256 088	42%	3 678 857	25%	40%
Receitas Gerais (RG)	5 990 000	43%	9 983 828	45%	9 283 822	64%	93%
Receitas Próprias (RP)	1 389 334	10%	2 743 422	12%	1 632 384	11%	60%
Total	14 061 076	100%	21 983 338	100%	14 595 063	100%	66%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

A evolução da estrutura da receita cobrada líquida entre 2021 e 2020, nas suas diferentes fontes de financiamento, é apresentada na tabela seguinte:

2021		Valores expressos em euros						
Financiamento União Europeia	Receitas Próprias (RP)		Receitas Gerais (RG)		Total de Receita de Funcionamento			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020		
	3 678 857	6 179 587	1 632 384	4 039 705	9 283 822	7 417 474	14 595 063	17 636 766

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

De acordo com a tabela anterior, observamos que as receitas de funcionamento registaram uma diminuição de 3,1 milhões de euros. A estrutura de receitas diminuiu na fonte de financiamento da União Europeia em cerca de 2,5 milhões euros, na fonte de financiamento da receita própria registou um decréscimo de cerca de 2,4 milhões de euros, enquanto na fonte de financiamento das receitas gerais verificamos um aumento de 1,8 milhões de euros.

Relatório de Gestão e Contas 2021

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição das receitas por classificação económica:

Valores expressos em euros

Classificação Económica	2021				2020		Variação Anual
	Orçamento Corrigido	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida	Peso relativo	Receita Cobrada Líquida		
Rendimentos de propriedade	0	0%	0	0%	0		3 = (1-2)/2 #DIV/0!
Administração Central - Outras entidades	1 354 088	49%	1 354 088	83%	4 071 088		-67%
Outras receitas correntes	1 389 314	51%	278 296	17%	-11 383		
Total de Receitas Próprias	2 743 422	12%	1 632 384	11%	4 039 705		-60%
Adm. Pública - Adm. Central - Estado	210 000	2%	210 000	3%	0		#DIV/0!
Administração Central - Outras entidades	9 743 828	98%	9 043 822	97%	7 417 474		
Total de Receitas Gerais	9 953 828	45%	9 283 822	64%	7 417 474		25%
União Europeia - Instituições	9 256 088	100%	3 678 857	100%	6 179 587		-40%
Total de Receitas Europeias	9 256 088	42%	3 678 857	25%	6 179 587		-40%
Total de Receitas	21 983 338	100%	14 395 063	100%	17 636 765		-17%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

O FCT e o IAPMEI assumem o maior peso relativo no total das receitas próprias cobradas.

As receitas com origem em fundos europeus estão relacionadas com os projetos europeus da Agência Nacional de Inovação.

83

DESPESA

As despesas da ANI por classificação económica estão representadas na tabela seguinte:

Valores expressos em euros

Classificação Económica	2021				
	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau de Execução
	1	2	3	4	5=4/2
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	3 347 360	3 347 360	3 297 820	2 529 895	76%
02 Aquisição de bens e serviços	2 389 179	2 389 179	1 782 352	1 389 789	
06 Outras Despesas correntes	62 683	62 683	25 950	25 237	40%
07 Aquisição de bens de capital	175 936	175 936	170 616	164 481	
08 Transferências de capital	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	
Total de orçamento de funcionamento	6 975 158	6 975 158	6 276 738	5 109 403	73%
Despesa Corrente					
01 Despesas com pessoal	1 585 736	1 585 736	1 482 976	1 331 974	84%
02 Aquisição de bens e serviços	3 117 326	3 117 326	1 470 828	1 152 744	
07 Aquisição de bens de capital	49 000	49 000	13 538	9 679	20%
Total de orçamento de União Europeia	4 752 062	4 752 062	2 967 342	2 494 397	52%
Total de Despesa	11 727 220	11 727 220	9 244 080	7 603 800	65%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

As despesas totais pagas durante o exercício de 2021 ascenderam a 7.603.800€, representando uma taxa de execução de 65% relativamente ao orçamento corrigido.

A tabela que se segue detalha as despesas com pessoal pelas suas diferentes componentes/ rúbricas:

2021	Valores expressos em euros				
	Remunerações certas e permanentes	Abonos Variáveis ou Eventuais	Outras Despesas de Segurança Social	Total de Despesas com Pessoal	Variação Despesas com Pessoal
	1	2	3	4=1+2+3	6=(4-5)/5
2021	3 100 832	8 243	752 794	3 861 868,88	
2020	2 788 509	9 471	695 391	3 493 370,93	11%

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

SALDOS A TRANSITAR

O quadro seguinte apresenta os saldos de gerência de 2021 e 2020, verificando-se uma diminuição de 1.123.278,04€.

Os saldos transitarão para o ano seguinte:

	Valores expressos em euros	
	2021	2020
Saldo a Transitar		
Receitas Gerais (RG)	5 190 870,32	4 067 592,28
Total	5 190 870,32	4 067 592,28

Fonte: Mapa de Receita (7.2) e Despesa (7.1) da Financeira.

17. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'h.' and other illegible marks.



Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Agência Nacional de Inovação, S.A.**, (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de **€ 19.241.596** (dezanove milhões, duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e seis euros) e um total de património líquido de **€ 5.103.046** (cinco milhões, cento e três mil, quarenta e seis euros), incluindo um resultado líquido de **€ 506.758** (quinhentos e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros)), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Agência Nacional de Inovação, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.





Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro,

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, A/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **€ 14.595.063**, que inclui Saldo de Gerência anterior no valor de

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450-071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda.

€ 7.922.262), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições **€ 7.603.800**) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

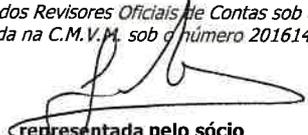
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2022

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

*Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434*


representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues
ROC nº 681 | CMVM nº 20160322

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel. 217 575 950/917 Fax. 217 574 037

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel/Fax: 262 382 991





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhamos, durante o ano de 2021, a atividade da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** (a Entidade) examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Verificámos as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Entidade na preparação das suas demonstrações financeiras e que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do seu património e dos seus resultados.

Durante o exercício de 2021, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem demos parecer relativamente a qualquer negócio entre a Entidade e os membros do seu Conselho de Administração, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

No seguimento da recomendação da UTAM, o Conselho de Administração está a preparar uma proposta de Relatório do Governo Societário, previsto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de outubro, para apresentação aos acionistas e respetiva aprovação prévia, pelo que não nos podemos pronunciar sobre o mesmo.

Relativamente às disposições constantes no Código dos Contratos Públicos (CCP), constatámos que a Entidade cumpriu, genericamente, com o disposto no CCP. Mais verificámos que se encontram implementados procedimentos que permitem o cumprimento do disposto no artigo 113.º do CCP.

Verificámos, ainda, que no período findo em 31 de dezembro de 2021, foi assegurado o cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado.

D.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.V.M. nº 20161434 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ nipc 503188 220

Sede:
Campo Grande, 380 - lote 30 - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel.: 217 575 950/917
Email: geral@abc-sroc.pt

Escritório:
Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450-071 Nazaré
Tel.: 262 382 991

ABC, Azevedo Rodrigues, Batalha, Costa & Associados, SROC, Lda. é membro do ABC & Associados - SROC, ABC.





Azevedo Rodrigues, Batalha, Sociedade de Revisores
Costa & Associados, S.R.L. Oficiais de Contas, Lda.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras, a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, o Anexo às demonstrações orçamentais, o Relatório de Gestão e demais elementos de prestação de contas, lidas em conjunto com a certificação legal de contas, com a qual se concorda, refletem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os princípios contabilísticos e os critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

O relatório de gestão expressa de forma apropriada a atividade desenvolvida pela Entidade e cumpre com os requisitos legais aplicáveis.

Assim, tendo em conta o conteúdo da certificação legal de contas, emitida nesta mesma data sem reservas ou ênfases somos de parecer que:

1. Sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras, a Demonstração do desempenho orçamental, a Demonstração da execução orçamental (da receita e da despesa), a Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos, o Anexo às demonstrações orçamentais, os quais exprimem a real situação financeira, patrimonial e orçamental da **Agência Nacional de Inovação, S.A.** no termo do exercício de 2021.
2. Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 30 de março de 2022,

O FISCAL ÚNICO

ABC - AZEVEDO RODRIGUES, BATALHA, COSTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 115
Registada na C.M.V.M. sob o número 20161434

representada pelo sócio

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

R.O.C. nº 681 | CMVM nº 20160322

O.R.O.C. Inscrição nº 115 ■ Registada na C.M.V.M. nº 20161434 ■ Registada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa ■ n.º 503188 220

Sede:

Campo Grande, 380 - lote 3C - Piso 0
Escritório B, 1700 - 097 Lisboa
Tel.: 217 575 950/917

Email: geral@abc-sroc.pt

Escritório:

Rua Manuel Jacinto - lote 31, R/C
Ap. 155 - Bairro do Salvador - Sítio da Nazaré, 2450 - 071 Nazaré
Tel.: 262 382 991



ANEXOS

ANEXO I

SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS MEDIDAS DO PT2020 GERIDAS PELA ANI NO PERÍODO 2015-2021 E SUA COMPARAÇÃO COM O QREN

A ANI gere no Portugal 2020 um conjunto de instrumentos de apoio aos projetos de I&DT, sobretudo no âmbito do Sistema de Incentivos de índole empresarial, maioritariamente de natureza colaborativa entre empresas e ENESII (Entidades não Empresariais do Sistema de Investigação e Inovação Empresarial). Em menor escala são também apoiados projetos individuais de empresas (Projetos Demonstradores Individuais, por exemplo) ou projetos liderados por ENESII (no âmbito do SAICT - Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica, por exemplo). O quadro abaixo detalha a diversidade dos apoios geridos pela ANI no âmbito do Portugal 2020 face aos apoios geridos pelo QREN onde a ANI estava centrada em apenas duas medidas de apoio: I&DT Empresas - Co-promoção; I&DT Empresas Mobilizadores.

86

- Projetos de I&D em copromoção;
- Outros projetos de I&D em Copromoção:
 - Clube de Fornecedores;
 - Parcerias Internacionais* (parcerias com universidades americanas MIT/UTA/CMU/ e parcerias entre Instituições Politécnicas nacionais e europeias);
 - Projetos de I&D Industrial à Escala Europeia (EUREKA e EUROSTARS);
 - Projetos de I&D empresarial em Copromoção para Territórios do Interior;
 - I&D Empresas e Infraestruturas de Ensaio e Otimização no Contexto do COVID-19;
- Projetos Demonstradores individuais, incluindo Selos de Excelência do SME Instrument;
- Projetos Demonstradores em Copromoção;
- Projetos Mobilizadores;
- Núcleos de I&D em copromoção;
- Internacionalização de I&D (Medida do SI I&DT e do SAICT);
- Proteção de Propriedade Intelectual e Industrial (Medida do SI I&DT e do SAICT);
- Projetos de Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico do SIAC;
- Apoio na avaliação técnico-científica dos projetos do RCI - Regime Contratual de Investimento (I&D), por solicitação da AICEP, organismo intermédio desta medida;
- Apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados para o POR Lisboa;
- Projetos Prova de Conceito (Medida do SAICT)

Figura 1 - Medidas geridas pela ANI no PT2020

Esta maior diversidade na oferta de medidas de apoio que progressivamente se foram desdobrando no sentido de um maior enfoque nas necessidades e oportunidades de competitividade e de inovação empresarial ou territorial, aliada ao crescente reconhecimento dos fundos estruturais como principal fonte de financiamento ao I&D empresarial, poderá justificar, em grande parte, a elevada adesão das empresas e das outras entidades a estes sistemas de apoio.

Breve caracterização das candidaturas recebidas, analisadas e em curso

A realidade mencionada anteriormente está patente na Figura 2, onde também se pode observar a dimensão financeira que a acompanha.

Medidas	Execução Total							
	Candidaturas recebidas		Candidaturas em análise		Candidaturas financiadas			
	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de candidaturas	Investimento proposto (€)	N.º de projetos financiados	Investimento proposto (€)	Investimento aprovado (€)	Incentivo aprovado (€)
PT2020 (2015 - 2021)	3 068	3 115 290 051	89	12 251 286	1 461	1 565 716 422	1 376 632 471	874 506 140
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	1 955	1 956 208 192			901	920 828 618	818 006 369	524 591 506
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	174	123 884 990			50	31 489 935	27 315 644	15 417 527
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores Individuais	163	86 108 836			40	19 695 429	16 624 396	8 294 269
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	68	102 492 698			34	53 792 561	47 316 904	26 330 095
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	74	51 564 804	11	9 264 148	43	29 102 103	27 192 509	17 612 031
PT2020 - SI I&DT - Parcerias Internacionais	61	89 207 324			44	62 563 144	60 057 567	38 101 763
PT2020 - SI I&DT - Projectos Mobilizadores	54	460 530 627			37	320 867 505	264 875 528	170 124 440
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	68	48 379 517			17	12 244 758	9 832 683	5 819 141
PT2020 - SI I&DT - Internacionalização de I&D	29	3 623 113			12	1 481 995	1 153 418	519 785
PT2020 - SI I&DT - Propriedade Industrial	12	750 096			10	527 191	479 422	239 711
PT2020 - SAICT - Internacionalização de I&D	55	11 685 230			44	9 289 361	7 757 917	4 930 240
PT2020 - SAICT - Propriedade Industrial	189	8 438 307			168	7 470 034	7 179 159	6 044 069
PT2020 - SAICT - Prova de Conceito	52	7 774 605	52	7 774 605				
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico	64	42 379 833	26	15 212 593				
PT2020 - Clube de Fornecedoros - I&D em Co-Promoção	90	122 261 881			21	15 021 125	14 599 371	9 398 803
QREN (2007 - 2013)	1 573	1 489 495 970			637	669 629 232	541 565 944	339 520 226
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção	1 557	1 950 047 709			623	586 744 911	465 947 703	287 720 530
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores	16	139 447 861			14	102 884 321	75 618 241	51 799 696
PT2020/QREN (2007 - 2013)	195%	209%			229%	234%	254%	258%

Figura 2: Execução dos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

No quadro do Portugal 2020, o número total de candidaturas a instrumentos geridos pela ANI atingiu, até à data, 195% do número total de candidaturas apresentadas ao QREN, tendo sido recebidas 3.068 candidaturas, correspondentes a um investimento proposto de 3.115,29 M€. Já no âmbito do QREN, o número total de candidaturas cifrou-se em 1573, a que corresponderam cerca de 1.489,5 M€ de investimento proposto, mas que, para as candidaturas apoiadas (637) se traduziu em 541,5 M€ de investimento aprovado e 339,5 M€ de incentivo contratado.

Até ao final de 2021, no contexto do PT 2020, foram 1.461 as candidaturas aprovadas com investimento aprovado no valor de 1.376,6 M€ e incentivo aprovado no valor de 874,5 M€. Nestes termos, a esta data e para as candidaturas já decididas pelas AG -Autoridades de Gestão, verifica-se que também os valores de investimento aprovado e incentivo atribuído no PT2020, mais que duplicaram, comparativamente ao QREN.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

De notar que, no final de 2021, 46 candidaturas tinham parecer favorável da ANI, mas que ainda estavam por decidir pelas AG, e que somavam mais de 15 M€ de investimento proposto correspondente a mais de 12.7 M€ de incentivo apurado.

A figura 3 apresenta o acumulado de alguns indicadores agregados relativos ao número de projetos aprovados e com decisão das AG até 31 de dezembro de 2021.

Projetos aprovados (n.º)	Investimento aprovado (€)	Promotores (n.º)	Empresas (n.º)	Entidades Não Empresariais (n.º)	Empresas distintas (n.º)
1.461	1.376,6 M	4.679	2.312 <small>Participações</small>	2.367 <small>Participações</small>	1.219 <small>Contagem única</small>
	Incentivo público (€)	Pagamentos realizados (€)	Média - Promotores por projeto (n.º)	Média - Investimento por projeto (€)	Média - Incentivo por projeto (€)
	874,5 M	299,5 M	3,2	942,3 K	598,6 K

Figura 3 - Dashboard de execução dos Incentivos Financeiros à I&D do Portugal 2020 - 2015 a 2021

Relativamente à distribuição das candidaturas por área tecnológica, tal como evidenciado na figura 4, 33% das candidaturas submetidas no período em análise enquadram-se na área tecnológica de TIC, seguida da área de Tecnologias de Materiais (12%), Biotecnologia (10%) e Engenharia Mecânica (8%). Esta prevalência da área das TIC, a que acrescem os valores das áreas de Automação e Robótica (3%) e Eletrónica e Instrumentação (6%), dá conta da dimensão que a Indústria 4.0 e a digitalização estão a assumir no contexto do PT2020.

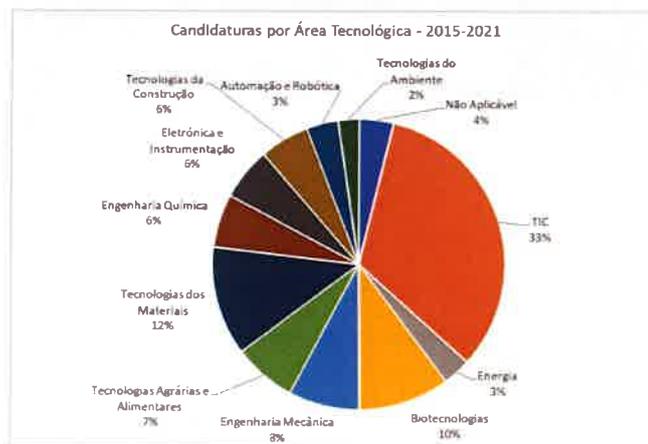


Figura 4: Distribuição de candidaturas por área tecnológica

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.

Dimensão Colaborativa

No âmbito dos instrumentos do Portugal 2020 geridos pela ANI, salienta-se dimensão colaborativa, onde num total de 3.068 candidaturas recebidas até dezembro de 2021, correspondem 9.380 promotores o que ilustra bem a mobilização dos vários atores nos projetos em consórcio. Este número baixa consideravelmente quando se consideram os projetos aprovados e em execução: no QREN significou um envolvimento de 2.130 promotores (para 637 projetos) e no atual Quadro até à data e para os projetos já com financiamento atribuído, um envolvimento de 4.679 promotores (para 1.461 projetos). O número médio de promotores por projeto é semelhante entre os dois Quadros Comunitários (3,3 e 3,2, para o QREN e para o PT2020, respetivamente).

A composição destas participações entre empresas e outras entidades (ENESII) é equilibrada: 49,4% são empresas e 50,6% são ENESII. Dentro de cada uma destas categorias verifica-se que no contexto empresarial, é o grupo constituído pelas Micro e PME que representam a maioria das participações (cerca de 74%); enquanto que na categoria das ENESII, o grupo constituído pelas entidades do Ensino Superior (Universidades e Politécnicos) tem uma maior representatividade (57%), seguido pelos CIT reconhecidos (30%).

Uma outra dimensão a salientar refere-se ao “efeito de alargamento” a novas entidades das medidas de apoio do Portugal 2020, medido pela participação de entidades que não tinham apresentado, anteriormente, candidaturas a medidas de apoio à realização de projetos de I&D (Figura 6). Para esta análise, foram verificadas as candidaturas às medidas de apoio à I&D do período do QREN, bem como as medidas geridas pela ANI anteriores a esse período.

Medidas	Tipo de Entidade									
	Candidaturas finalizadas									
	N.º de participações - projetos aprovados									
N.º de Entidades (participações)	Total Empresas	Micró empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Não PME's	Total Ensino Superior	CIT's Reconhecidos	COLAB	Outras CIT's e Centros de I&D	Outras
PT2020 (2015 - 2021)	4.679									
PT2020 - SI&IOT - I&D em Co-Promoção	2.900	1.655	464	628	622	405	1.341	688	18	213
PT2020 - SI&IOT - Demonstradores em Co-Promoção	156	85	18	25	23	19	15	23	26	134
PT2020 - SI&IOT - Demonstradores individuais	40	40	15	13	0	0				6
PT2020 - SI&IOT - Setor de I&D em Co-Promoção	14	14	17	14	0	11	27	13		2
PT2020 - SI&IOT - I&D Industrial à Escala Europeia	103	59	10	21	15	0	23	87	25	1
PT2020 - SI&IOT - Parcerias Internacionais	180	66	17	20	0	0	87	25	1	17
PT2020 - SI&IOT - Projetos Mobilizadores	828	476	80	107	106	145	167	122	6	28
PT2020 - SI&IOT - Núcleos de I&D em Co-Promoção	45	23	3	13	5	0	17	8	0	1
PT2020 - SI&IOT - Internacionalização de I&D	12	13	1	4	5	2				
PT2020 - SI&IOT - Propriedade Industrial	10	10	5		5					
PT2020 - SI&ICT - Internacionalização de I&D	44						27	12		4
PT2020 - SI&ICT - Propriedade Industrial	148						131	38		19
PT2020 - SI&ICT - Pro-4 de Conhecimento	26									
PT2020 - SI&ICT - Transferência do Conhecimento: Unidade e Tecnologia	26									
PT2020 - SI&ICT - Outras de Financiadores - I&D em Co-Promoção	135	88	3	11	18	28	34	22	1	4

Figura 5: Entidades financiadas nos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Entidades "novas" em projetos PT2020 financiados 2015-2021

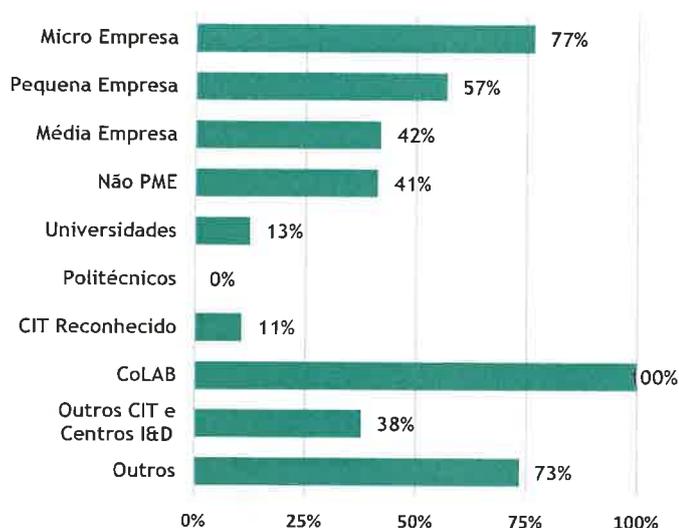


Figura 6 - Entidades "novas" em projetos PT2020 financiados - 2015-2021

Assim, é de sublinhar o referido “efeito de alargamento” relevante às Microempresas: em 317 empresas apoiadas, 243 (77%) são “novas”. Também nas Pequenas Empresas este valor é bastante elevado, com 209 empresas “novas”, em 368 apoiadas (57%). É interessante verificar que, mesmo nas Médias Empresas e nas Não PME, historicamente mais propensas à participação neste tipo de projetos, continua a surgir um número relativamente elevado de empresas que não tinha sido anteriormente apoiado nesta tipologia de apoios, com 250 “novas” (42%) em 600 empresas apoiadas, neste conjunto. Nestes termos, verifica-se uma crescente capacidade de penetração deste tipo de apoios numa base de agentes económicos cada vez mais alargada, evidenciando, em simultâneo, a sua maior adaptação às necessidades das empresas e das outras entidades que com elas estabelecem projetos de parceria nos domínios da I&DT.

Um caso particular aqui retratado é o dos recentemente constituídos Laboratórios Colaborativos (CoLAB): naturalmente, os 15 CoLAB apoiados (dos 35 existentes) foram considerados pela primeira vez neste sistema de incentivos. No caso das Universidades, Politécnicos e CIT reconhecidos o “efeito de alargamento” é reduzido, como seria previsível, uma vez que este tipo de entidades já participa, com muito frequência, nos apoios à I&D aqui analisados.

Uma outra dimensão associada a esta componente colaborativa dos projetos de I&DT prende-se com a capacidade de captação de financiamento por parte das diversas entidades e que a Figura 7 traduz. Aí pode observar-se que o incentivo apurado pela ANI é destinado, maioritariamente, ao conjunto do tecido empresarial (cerca de 485,5 M€), com destaque para as Micro e PME (cerca de 363,7 M€).

As ENESII com maior representatividade (Universidades, Politécnicos, CITs reconhecidos, CoLAB e outros Centros de I&D) têm conseguido captar, no período em causa, valores de incentivo igualmente interessantes da ordem dos 382 M€.



Figura 7 - : Distribuição do incentivo por tipo de entidade

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large 'H' and other illegible marks.

Pagamentos efetuados

No que diz respeito aos pagamentos efetuados no PT2020, para as medidas geridas pela ANI (Figura 8), observa-se um valor acumulado de pagamentos superior a 299 M€, correspondendo à emissão de mais de 9.800 ordens de pagamento.

Medidas	Execução Total
	Pagamentos realizados (€)
PT2020 (2015 - 2021)	299 542 595
PT2020 - SI I&DT - I&D em Co-Promoção	192 533 625
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores em Co-Promoção	10 820 291
PT2020 - SI I&DT - Demonstradores Individuais	5 859 457
PT2020 - SI I&DT - Selos de Excelência	6 002 060
PT2020 - SI I&DT - I&D Industrial à Escala Europeia	4 734 996
PT2020 - SI I&DT - Parcerias Internacionais	6 922 443
PT2020 - SI I&DT - Projectos Mobilizadores	52 040 892
PT2020 - SI I&DT - Núcleos de I&DT em Co-Promoção	3 557 229
PT2020 - SI I&DT - Internacionalização de I&D	279 661
PT2020 - SI I&DT - Propriedade Industrial	71 006
PT2020 - SAICT - Internacionalização de I&D	1 314 363
PT2020 - SAICT - Propriedade Industrial	1 604 394
PT2020 - SAICT - Prova de Conceito	
PT2020 - SIAC - Transferência do Conhecimento Científico e Tecnológico	6 286 499
PT2020 - Clube de Fornecedores - I&D em CoPromoção	7 515 680
QREN (2007 - 2013)	279 458 138
QREN - I&DT Empresas - Co-promoção	233 686 807
QREN - I&DT Empresas - Mobilizadores	45 771 331
PT2020 / QREN (2007 - 2013)	107%

Figura 8: Pagamentos nos instrumentos geridos pela ANI no Portugal 2020

Estes números revelam que no final de 2021, ou seja, a dois anos do encerramento do PT2020 em termos de execução, o montante de pagamentos efetuados situava-se já em 107% do total pago no QREN.

ANEXO II

A PROMOÇÃO DOS PROGRAMAS-QUADRO EUROPEUS DE I&D - DO 7º PROGRAMA-QUADRO AO HORIZONTE 2020 E O PRIMEIRO ANO DO HORIZONTE EUROPA

O trabalho de promoção do programa-quadro está muito patente nos resultados atingidos a nível nacional desde que, em 2007, foi criado o primeiro gabinete dedicado na ANI - o GPPQ (Gabinete de Promoção do Programa-Quadro). A participação nacional tem aumentado gradualmente e, ao mesmo tempo, os objetivos estabelecidos pela tutela têm sido cada vez mais ambiciosos. Portugal chegou muito perto do *break even* no final do FP7 (conseguir, através de financiamento competitivo, financiamento equivalente ao colocado pelo país no programa, segundo a contribuição nacional para o orçamento europeu) e superou largamente a meta do cenário mais otimista de 950 M€ estabelecida no início do Horizonte 2020, atingindo o montante final de cerca de 1.159 M€. Assim, no Horizonte 2020 o *break even* foi largamente superado, com Portugal a conseguir uma taxa de retorno de 1,65%. Portugal tem agora o desafio de atingir a nova meta ambiciosa de conseguir captar financiamentos que atinjam os 2 mil milhões de euros no Horizonte Europa e triplicar a participação das empresas no Programa Quadro. Nesta altura, apesar de findo o primeiro ano de concursos do Horizonte Europa, ainda só foram apurados os resultados de algumas das calls de apenas cinco das 9 áreas programáticas dos Pilares II: Cluster 2 - Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva, Cluster 4 - O Digital, a Indústria e o Espaço, Cluster 5 - Clima, Energia e Mobilidade, Cluster 6 - Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente e do Pilar III, o Conselho Europeu da Inovação (EIC). Com resultados ainda muito incipientes, é difícil analisar a prestação nacional neste primeiro ano do Horizonte Europa.

O acolhimento, na ANI, dos Pontos de Contacto Nacionais (NCP) e dos Delegados Nacionais aos diferentes comités de programa do Programa-Quadro tem conferido a esta instituição uma posição única no seu posicionamento estratégico ao nível nacional e Europeu: os players nacionais são acompanhados no terreno e veem os seus interesses representados em Bruxelas nos diferentes grupos de trabalho e discussão.

A figura 1 apresenta a evolução da participação nacional ao longo de vários Programas-Quadro Europeus (o valor de 2021 é ainda parcial faltando apurar a grande maioria dos resultados dos concursos de 2021).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

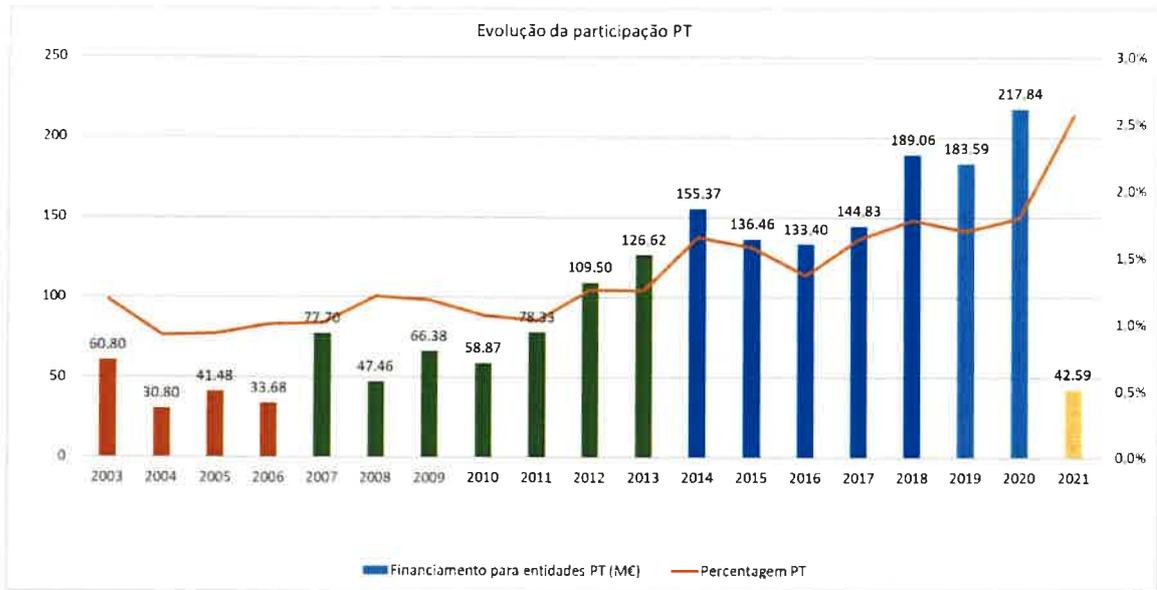


Figura 1: Participação nacional (M€) nos Programas-Quadro de I&I entre 2003 e 2020, com os dados muito preliminares de 2021 no Horizonte Europa.

A Figura 1 apresenta a evolução crescente na captação de financiamento nacional ao longo dos Programas-Quadro. O ano de 2020 foi o melhor ano desde sempre, atingindo cerca de 217 M€ com a melhor taxa de retorno de sempre de 1,79%.

Confirma-se a inversão da tendência de subida face aos 6º e 7º Programas-Quadro, projetando-se assim o robustecimento da participação no novo Programa-Quadro Horizonte Europa (2021-2027), que terá o maior orçamento de sempre: 95,5 mil milhões de euros.

A tabela abaixo apresenta valores atualizados para comparação da participação nacional no 7ºPQ e no H2020, onde se pode verificar o aumento substancial em todos os descritores considerados, desde número de propostas submetidas, projetos aprovados e orçamento captado.

	Propostas submetidas	Projetos aprovados	Coordenações	Número de participações	Orçamento captado	Taxa de retorno
7ºPQ (2007-2013)	9443	1788	364	2453	564,87 M€	1,15%
H2020 (2014-2020)	17658	2469	691	3605	1159,16 M€	1,65%

[Handwritten signatures and initials]

A ANI, como instituição responsável por toda a promoção e apoio à participação nacional no H2020, e agora no Horizonte Europa, contribuiu ativamente para ultrapassar as metas estabelecidas e garantir uma participação sustentada no H2020, promovendo a participação de novos players e potenciando a submissão de um maior número de candidaturas com coordenação nacional.

O ritmo de crescimento sustentado da média anual de financiamento captado pelas entidades nacionais permitiu os melhores cenários relativamente ao comportamento nacional no Horizonte 2020.

No período de programação 2021-2027, Portugal tem como objetivo duplicar a presença portuguesa nos Programas Europeus, atingindo os 2.000 M€ no final dos 7 anos e triplicar a participação das empresas. À ANI, cabe a responsabilidade pela coordenação dos pilares 2 e 3 (Desafios Globais e EIC), onde a participação de empresas é absolutamente necessária, cabendo à FCT a responsabilidade pela coordenação dos pilares 1 e 4, dedicados a investigação fundamental e à consolidação do Espaço Europeu de Investigação (ERA). Colaboram com a ANI na promoção do pilar 2, a AICIB e PT Space responsáveis pela área da saúde e espaço, respetivamente. O Ciência Viva e a FCCN participam também em temas dos Pilares II e III, nomeadamente, Cluster 2 e Cluster 4.

No Horizonte Europa a grande maioria do financiamento estará alocado a concursos competitivos abertos, mas para Portugal o maior desafio é aumentar a participação nas denominadas Parcerias Europeias nomeadamente nas Parcerias Institucionalizadas. Neste momento, o 1º período de programação do Horizonte Europa está finalizado e estão consideradas 49 Parcerias Europeias para o período 2021-2024. A Figura 3 apresenta as Parcerias Europeias previstas para o 1º período de programação (2021-2024) do Horizonte Europa, distribuídas pelas diferentes tipologias (cofund, co programadas e institucionalizadas - Art. 187 e 185) nos diferentes temas do Pilar II.

Relatório de Gestão e Contas 2021

PILLAR II - Global challenges & European industrial competitiveness

CLUSTER 1: Health	CLUSTER 4: Digital, Industry & Space	CLUSTER 5: Climate, Energy & Mobility	CLUSTER 6: Food, Bioeconomy, Agriculture,...
Innovative Health Initiatives	Key Digital Technologies	Clean Hydrogen	Circular Bio-based Europe
Global Health Partnerships	Smart Factories & Systems	Climate Aviation	Rescuing Biodiversity to Safeguard Life on Earth
Transforming Health Care Systems	High Performance Computing	Single European Sky AIM Research 3	Climate Neutral, Sustainable and Productive Blue Economy
Risk Assessment of Chemicals	European Metrology (Art. 185 of the TFEU)	ThangpoBall	Water4All "Water security for the planet"
ERA for Health	Artificial Intelligence, Data and Robotics	Cooperative, Connected and Automated Mobility (CCAM)	Animal Health and Welfare**
Rare Diseases*	Photonics	Batteries *Towards a competitive European industrial battery value chain*	Agroecology "Accelerating Farming Systems Transition"
One Health / Antimicrobial Resistance*	Made in Europe	Zero-emission Waterborne Transport	Agriculture of Data*
Personalised Medicine*	Clean Steel - Low Carbon Steelmaking	Zero-emission Road Transport (Z2E3R1)	Safe and Sustainable Food Systems*
Pandemic Preparedness* Co-funded or co-programmed	Processors4Planet	People-centric Sustainable Built Environment (Built4People)	
	Globally Competitive Space Systems**	Clean Energy Transition	
		Driving Urban Transitions to a Sustainable Future	

* Data with reporting date 31/12/2021
** Data with reporting date until before 2022

PILLAR III - Innovative Europe



CROSS-PILLARS II AND III



Co-funded by Horizon Europe (Art. 185 of the TFEU)
Co-funded by Horizon Europe (Art. 185 of the TFEU)
Co-programmed
Co-funded

Distribuição das Parcerias Europeias pelas diferentes tipologias e áreas temáticas do Horizonte Europa.

A ANI está representada em alguns grupos de discussão de cada uma das Parcerias Europeias que serão lançadas no âmbito do Horizonte Europa e também no Comité Estratégico, onde são discutidas a abordagem, e estratégias globais sobre a implementação, do programa. A participação nacional nas Parcerias Europeias do Horizonte Europa é um dos maiores desafios para Portugal, pois cerca de 50% do orçamento de todo o Pilar II será alocado a esta tipologia de instrumentos.

De salientar ainda as *Knowledge and Innovation Communities (KIC)* do EIT, com o lançamento de duas novas KICs - *Indústrias Culturais e Criativas*, em 2022, e *“Água e Ecosistemas Marinhos e Marítimos”*, em 2026, para as quais a ANI organizou, no âmbito da PPUE, vários eventos com o EIT. Ao mesmo tempo a ANI apoiou a comunidade nacional através da realização de várias reuniões com os potenciais interessados na nova KIC nas *Indústrias Culturais e criativas*.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]